

10 a 13
Junho
2017



CLIP PING

TJ
ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo



FACHADA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA: despesas do Judiciário com folha de pagamento no mês passado representaram 5,81% da receita estadual

PAGAMENTO DE SERVIDORES

Tribunal reduz gastos com pessoal pelo 4º mês

Com isso, o TJ-ES está dentro do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) desde o mês de fevereiro

Caio Miranda

Segundo a tendência no ano, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) reduziu os gastos com pagamento de servidores em maio.

Agora, o órgão está há quatro meses seguidos dentro do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é de 6% da Receita Corrente Líquida do Estado.

As despesas com pessoal no mês passado representaram 5,81% da receita estadual, contra 5,92% em abril; 5,94%, em março; e 5,98% em fevereiro. Em janeiro, o Tribunal de Justiça estava acima do permitido pela LRF: 6,03%.

Se comparado com o mesmo período no ano passado, o TJ-ES reduziu os custos com salários em 3,57% - de R\$ 736,02 mil, a folha de pagamento caiu para R\$ 709,73 mil.

No entanto, o órgão ainda está no limite prudencial - entre 5,7% e 6% da receita líquida do Estado.

O Tribunal de Justiça precisa ficar abaixo de 5,7% para entrar no limite de alerta, patamar entre o limite prudencial e a zona sem riscos, abaixo de 5,4%.

No limite de alerta, segundo a

LRF, o Tribunal poderá voltar a conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, criar cargos ou funções, entre outras ações que, atualmente, está proibido de fazer.

CONTROLE

Os dados são do Tribunal de Contas do Estado (TC-ES), através do "Painel de Controle - Macrogestão Governamental", ferramenta que faz o acompanhamento financeiro e orçamentário do Poder Executivo do Estado, além dos tribunais de Justiça e de Contas, Ministério Público Estadual (MP-ES) e Assembleia Legislativa.

O Poder Executivo gastou em salários, em maio, 43,98% da receita líquida estadual, ficando abaixo do limite de alerta, de 44,10%.

A Assembleia Legislativa, com 1,23%, e o Tribunal de Contas, com 0,82%, também estão confortáveis quanto ao gasto com pessoal, bem abaixo dos limites de alerta (1,53% e 1,17%, respectivamente).

O Ministério Público e as despesas somadas dos órgãos estaduais estão próximos, mas ainda abaixo do limite de alerta.

O Painel de Controle é divulgado mensalmente pelo Tribunal de Contas, sempre avaliando o mês anterior.

Além de avaliar os gastos com pessoal em cada órgão estadual, a ferramenta divulga dados sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), receitas arrecadadas, despesas executadas e superávit ou déficit orçamentário para o mês e ano, entre outras informações.

GASTO COM A FOLHA EM MAIO NO ESTADO

PODER	PORCENTAGEM	LIMITE LEGAL DA LRF
Estado (todos os órgãos)	53,62%	60%
Poder Executivo	43,98%	49%
Tribunal de Justiça I	5,81%	6%
Ministério Público	1,78%	2%
Assembleia Legislativa	1,23%	1,7%
Tribunal de Contas	0,82%	1,3%

FONTE: DADOS DO PAINEL DE CONTROLE DE GASTOS DO TRIBUNAL DE CONTAS.

DEPOIMENTOS

THIAGO COUTINHO - SERVIDOR



"Que fique de lição!"

"Vejo com bons olhos essa adequação à lei. É importante que o Tribunal se regularize para planejar e organizar suas atividades. Houve muito corte de pessoal, muita coisa sacrificada. E que fique de lição para que nunca mais ocorra essa condição!"

Juiz Ezequiel Turibio, presidente da Amages.

"Grande trabalho de conter gastos"

"O presidente Annibal Rezende vem fazendo um grande trabalho de controle de gastos no Tribunal. Espero que isso possibilite que, logo, logo, o Tribunal volte a investir no Judiciário de primeiro grau, suprimindo a carência de servidores. É um passo importante".

Homero Mafra, presidente da OAB-ES.

RODRIGO SAVINI - SERVIDOR



"Resultado é importante"

"O resultado é importante, porque o Tribunal continua dentro do limite prudencial. Nós, servidores, precisamos que fique abaixo de 5,7%, para recebermos as promoções de 2015. Estamos esperando e torcendo para que as coisas voltem à normalidade".

Adda Monteiro, presidente do Sindjudiciário-ES.

Servidores se animam em busca de promoções

Com os gastos do Tribunal de Justiça caindo mês a mês, cresce a esperança de servidores de receberem vantagens financeiras de promoções que tiveram nos últimos anos.

A presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado (Sindjudiciário-ES), Adda Monteiro, explica que, no Tribunal de Justiça, o servidor pode participar de um período de promoções a cada dois anos.

Em 2015, segundo Adda, os servidores que participaram do período, que incluiu avaliação de desempenho e apresentação de título, tiveram suas promoções invalidadas ao final daquele ano.

Somente em setembro de 2016, os servidores conseguiram reverter a decisão, mantendo as promoções. Contudo, ficou acertado que os efeitos financeiros das promoções só seriam pagos quando o Tribunal ficasse abaixo do limite prudencial, de 5,7%.

"Começa a dar sinal de melhora. O aumento da receita do Estado também ajuda a diminuir a porcentagem de gasto do Tribunal. Está todo mundo ansioso para que a normalidade retorne", ressaltou Adda.

FÁBIO VICENTINI - SERVIDOR



ANNIBAL: encontro no Supremo

Inovações em processos eletrônicos no Judiciário

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), desembargador Annibal de Rezende Lima, esteve em Brasília na última sexta-feira para participar de uma reunião com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia.

No encontro, os magistrados discutiram sobre as inovações que devem ser aplicadas aos processos eletrônicos do sistema Judiciário do Brasil. Eles ainda falaram sobre a disponibilização do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) e do Escritório Digital.

Durante a reunião, a ministra Cármen Lúcia pediu maior atenção para as varas da primeira instância da Justiça.

LENTIDÃO NO JUDICIÁRIO

FOTOS: FERNANDO RIBEIRO/AT E ANTONIO COSME

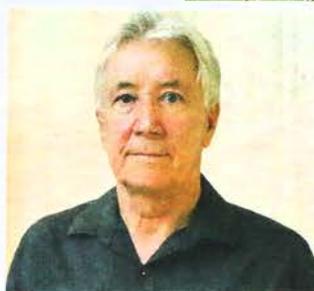
Até 15 anos para julgar políticos

Ações que envolvem políticos no Estado demoram quase o dobro do tempo de processos finalizados no País, que é de 8 anos, em média

Tiago Alencar

Os tribunais do País levam oito anos para finalizar um processo. O dado foi divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Porém, um levantamento feito por **A Tribuna** mostra que, no Estado, uma ação envolvendo político pode levar quase o dobro desse tempo: 15 anos.

O foro privilegiado, ao qual os políticos que são eleitos têm direito a um julgamento especial, é vis-



to como um dos motivos da demora. A grande quantidade de recursos também retarda o andamento.

É o caso de uma ação penal ajuizada contra o ex-presidente da Assembleia Legislativa do Estado José Carlos Gratz, que tramita há 15 anos no Judiciário e já foi movi-

UM DOS PROCESSOS do ex-deputado estadual José Carlos Gratz (destaque): ação foi ajuizada pelo Ministério Público em 2002, sob a acusação de crimes como lavagem de dinheiro e peculato

mentada 1.046 vezes. O Ministério Público Estadual (MP-ES) ajuizou a ação contra o ex-deputado em 2002, sob a acusação de crimes que teriam sido praticados entre os anos de 1999 e 2000.

Hoje, o processo tem 99 volumes e está na 1ª Câmara Criminal

do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), aguardando julgamento de recurso. O advogado de Gratz, Carlos Guilherme Macedo, disse que a demora na decisão se deve a recursos que ainda não foram analisados pelo TJ-ES.

Já uma ação movida contra o ex-prefeito de Jaguaré Domingos Sávio Martins tramita desde 2006 na Justiça. Os autos continuam na mesma Vara, sem sentença, e já foram movimentados 365 vezes.

O Tribunal de Contas do Estado (TC-ES) também apresenta processos contra políticos capixabas que tramitam por muitos anos, a

ponto de prescreverem.

Em abril deste ano, por exemplo, o TC-ES arquivou duas ações: uma contra o ex-presidente da Assembleia Theodorico Ferraço (DEM), ajuizada em 2004 e que prescreveu em 2013; e outra contra o deputado federal Sérgio Vidigal (PDT), ajuizada em 2009, que prescreveu no ano passado.

O presidente da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Homero Mafrá, disse que a demora no andamento processual é sintomática, já que não há estrutura ideal para atender o número de processos ativos.

99 volumes
TEMA A AÇÃO PENAL CONTRA O EX-DEPUTADO JOSÉ CARLOS GRATZ, QUE TRAMITA HÁ 15 ANOS NA JUSTIÇA

MAIS DE 1.000
MOVIMENTAÇÕES
TEM O PROCESSO



OS 10 PROCESSOS MAIS ANTIGOS ENVOLVENDO POLITICOS NO ESTADO

1º Gratz

TEMPO PENDENTE: 15 ANOS

- > PROCESSO: ação penal movida contra o ex-presidente da Assembleia Legislativa José Carlos Gratz.
- > ACUSAÇÃO: lavagem de dinheiro.
- > ANO: 2002.
- > LOCAL: 5ª Vara Criminal de Vitória.
- > SITUAÇÃO: o processo está na 1ª Câmara Criminal do TJ-ES.

O QUE DIZ A DEFESA

O advogado Carlos Guilherme Macedo disse que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu, em 2015, que as provas que levaram à condenação de Gratz na primeira instância eram nulas.

2º Theodorico Ferraço

TEMPO PENDENTE: 13 ANOS

- > PROCESSO: ação contra o deputado estadual Theodorico Ferraço (DEM), movida pelo Tribunal de Contas do Estado (TC-ES).
- > ACUSAÇÃO: fraude em contratação.
- > ANO: 2004.
- > LOCAL: TC-ES.
- > SITUAÇÃO: o crime havia prescrito desde 2013, mas a decisão de arquivamento dos autos foi dada em abril deste ano.

O QUE DIZ A DEFESA

Não foi localizada e o deputado não quis comentar o assunto.

3º Domingos Sávio

TEMPO PENDENTE: 11 ANOS

- > PROCESSO: ação penal contra Domingos Sávio, ex-prefeito de Jaguaré.



FÓRUM DE VITÓRIA: grande quantidade de recursos e demora em julgamento

- > ACUSAÇÃO: desvio de dinheiro público e falsidade ideológica.
- > ANO: 2006.
- > LOCAL: 5ª Vara Criminal de Vitória.
- > SITUAÇÃO: o processo está paralisado desde 2016.

O QUE DIZ A DEFESA

Procurada, não foi localizada pela reportagem.

4º José Ramos Furtado

TEMPO PENDENTE: 10 ANOS

- > PROCESSO: ação civil pública contra o ex-deputado estadual e ex-prefeito de Iúna José Ramos Furtado (DEM).
- > ACUSAÇÃO: lavagem de dinheiro.
- > ANO: 2007.
- > LOCAL: 5ª Vara Criminal de Vitória.
- > SITUAÇÃO: último andamento dos autos foi em agosto de 2016, para recebimento de novas petições.

O QUE DIZ A DEFESA

O advogado Joubert Garcia Souza Pinto disse que a demora não é culpa de seu cliente, uma vez que os dois se empenharam para que a situação fosse resolvida.

5º Nasser Youssef

TEMPO PENDENTE: 9 ANOS

- > PROCESSO: ação penal contra o ex-deputado estadual Nasser Youssef.
- > ACUSAÇÃO: apropriação indevida e lavagem de dinheiro.
- > ANO: 2008.
- > LOCAL: 5ª Vara Criminal de Vitória.
- > SITUAÇÃO: a última movimentação foi em fevereiro de 2016.

O QUE DIZ A DEFESA

Procurada, não foi localizada para comentar o assunto.

6º Sérgio Vidigal

TEMPO PENDENTE: 8 ANOS

- > PROCESSO: ação no TC-ES contra o deputado federal Sérgio Vidigal (PDT).
- > ACUSAÇÃO: fraudes em contratação.
- > ANO: 2009.
- > LOCAL: TC-ES.
- > SITUAÇÃO: o caso prescreveu em maio de 2016.

O QUE DIZ A DEFESA

Procurada, não foi localizada pela reportagem.

7º André Nogueira

TEMPO PENDENTE: 7 ANOS

- > PROCESSO: ação penal contra André Luiz Cruz Nogueira, ex-diretor da Assembleia Legislativa.
- > ACUSAÇÃO: lavagem de dinheiro.
- > ANO: 2010.
- > LOCAL: 5ª Vara Criminal de Vitória.
- > SITUAÇÃO: a última tramitação foi em julho de 2016.

O QUE DIZ A DEFESA

Procurada, não foi localizada pela reportagem.

8º Luiz Carlos Moreira

TEMPO PENDENTE: 5 ANOS

- > PROCESSO: ação penal contra o ex-deputado estadual e hoje vereador da Serra Luiz Carlos Moreira (PMDB).
- > ACUSAÇÃO: lavagem de dinheiro.
- > ANO: 2012.
- > LOCAL: 5ª Vara Criminal de Vitória.
- > SITUAÇÃO: o último andamento foi em abril deste ano, marcando au-

diência.

O QUE DIZ A DEFESA

Procurada, não foi localizada para comentar o assunto.

9º André Nogueira

TEMPO PENDENTE: 4 ANOS

- > PROCESSO: ação penal contra o ex-diretor da Assembleia Legislativa André Luiz Cruz Nogueira.
- > ACUSAÇÃO: lavagem de dinheiro.
- > ANO: 2013.
- > LOCAL: 5ª Vara Criminal de Vitória.
- > SITUAÇÃO: um despacho foi protocolado em setembro de 2016.

O QUE DIZ A DEFESA

A defesa não foi localizada pela reportagem.

10º Japonês

TEMPO PENDENTE: 3 ANOS

- > PROCESSO: ação penal contra o ex-prefeito de Nova Venécia Wilson Luiz Venturim, o Japonês.
- > ACUSAÇÃO: tentativa de venda de imóvel público de forma irregular.
- > ANO: 2014.
- > SITUAÇÃO: no sistema de consultas de processo do site do TJ-ES, os autos estão com uma apelação.

O QUE DIZ A DEFESA

O contato da defesa não está disponibilizado no site da Ordem dos Advogados do Brasil.

Fonte: Consulta processual no site do TJ-ES.

Política

Comparação

Tipos de processos

Porte de droga e furto

Andamento de uma ação penal por porte de drogas e furto com base na análise de um processo que tramitou na 2ª Vara Criminal de Vitória, em setembro de 2016.

- 1 Cadastramento do processo foi feito em 23 de setembro de 2016, quando o réu cometeu o crime.
- 2 A audiência de custódia foi designada para o dia 24 do mesmo mês.
- 3 Um dia após o furto, o réu foi ouvido na audiência de custódia.
- 4 O mandado de prisão foi expedido logo após a audiência.
- 5 O cumprimento do mandado foi feito 24 horas depois.
- 6 No dia 27 de setembro, os trâmites para que a prisão do réu fosse decretada já estavam concluídos.
- 7 No dia 6 de outubro, cerca de dez dias depois do cadastramento do processo, ele já estava pronto para o juiz dar a primeira decisão.
- 8 A primeira decisão do juiz saiu em 6 de outubro, menos de um mês depois do crime.
- 9 O réu foi condenado em maio deste ano, sete meses após o ajuizamento da ação.

O processo tramitou 121 vezes.

TEMPO DE TRAMITAÇÃO:
7 meses

Ação contra político

Andamento processual da ação penal movida contra o ex-prefeito de Jaguaré Domingos Sávio Martins, por desvio de dinheiro público, na 5ª Vara Criminal de Vitória desde 2006.

- 1 O processo foi protocolado no dia 2 de fevereiro de 2006.
- 2 Ação só foi concluída para despacho um mês depois, em março do mesmo ano.
- 3 O processo levou mais duas semanas para ser registrado no cartório do fórum.
- 4 O primeiro interrogatório para ouvir o réu só aconteceu um ano e meio após a denúncia.
- 5 A 1ª decisão só foi dada em maio de 2013, sete anos após o início da tramitação da ação.
- 6 A segunda decisão saiu em junho de 2014, um ano depois da primeira, confirmando o acusado como único réu do processo.
- 7 Com 31 volumes e 11 anos de tramitação, o processo segue paralisado na 5ª Vara Criminal, sem que a sentença condenatória tenha sido dada.

Ele foi movimentado 400 vezes.

TEMPO DE TRAMITAÇÃO:
11 anos

Diferença no tempo de julgamento entre os processos:

10 anos



“Um melhor aparelhamento da Justiça é fundamental para resolução das demandas processuais”

Adelcion Caliman, presidente da Associação Espírito-Santense do Ministério Público

ADELClON CALIMAN defende que o Judiciário capixaba precisa investir na qualidade de seus serviços

LENTIDÃO NO JUDICIÁRIO

Risco de prescrição de crimes com o fim do foro

As varas criminais do Estado contam com 363.176 processos ativos, segundo levantamento realizado pelo setor de estatísticas do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), referente a maio deste ano. Caso seja confirmado o fim do foro privilegiado, as ações criminais envolvendo parlamentares irão para a 1ª instância da Justiça estadual.

Aprovada no Senado, a proposta tramita na Câmara dos Deputados e também está em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF). Um ponto considerado negativo referente à volta das ações para as instâncias de primeiro grau é a possibilidade de que os crimes prescrevam por conta da demora no julgamento, uma vez que o processo será retomado toda vez que o político ganhar ou perder direito ao foro.

os tribunais brasileiros de médio porte, o TJ-ES apresentava uma taxa de congestionamento de cerca de 80% das demandas, sendo cerca de 900 casos por juiz.

O presidente da Associação de Magistrados do Espírito Santo (Amages), Ezequiel Turbido, avalia que o Judiciário precisa investir mais em estrutura nas varas criminais.

“De uma forma geral, o Judiciário precisa de uma estrutura melhor, com mais servidores”, disse o magistrado.

O presidente da Comissão dos Advogados Criminalistas da OAB-ES, Rivelino Amaral, destaca que os juizes estão sempre cheios de trabalho. “Eu frequento gabinetes de juizes, e vejo o quanto eles estão assobrados de processos”, pontuou.

Quem também defende que o Judiciário capixaba precisa investir em qualidade dos serviços é o presidente da Associação Espírito-San-

tense do Ministério Público Estadual (AESMP), Adelcion Caliman.

“Um melhor aparelhamento da Justiça é fundamental para resolução das demandas processuais”, destacou.

Sobre os processos dos políticos irem para o 1º grau, caso seja aprovado o fim do foro privilegiado, Caliman disse que “o andamento pode ser até mais célere, mas é preciso manter harmonização entre agilidade e eficácia nos julgamentos”.

OS NÚMEROS

363.176

são os processos criminais

9.416

ações criminais estão no 2º grau

Manobras atrasam ações, diz juíza

A juíza coordenadora das varas criminais do Estado, Gisele Souza de Oliveira, disse, por meio de nota, que os processos envolvendo políticos recebem o impulso necessário por parte dos magistrados, uma vez que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determina que as ações de cunho político sejam julgadas com prioridade.

Ela destaca, porém, as manobras usadas por advogados dos réus para retardar o julgamento. “Os juizes são orientados a julgar esses casos com celeridade, sempre respeitando a legislação processual. Neste aspecto, deve-se registrar que o Código de Processo Penal permite estratégias por parte de advogados que têm interesse que o processo do réu seja retardado”.

Para o presidente da OAB-ES,

Homero Mafra, “não há manobras por parte de advogados, mas lentidão do Judiciário”.

Mafra ainda afirmou que os recursos apresentados nos processos são garantidos constitucionalmente, sendo, portanto, feitos den-

tro da legalidade.

Já o TC-ES, por meio da assessoria, afirmou que o órgão estabeleceu prazos e metas de julgamento dos processos com maior tempo de tramitação na Corte, para que não haja prescrições.



GISELE DE OLIVEIRA: “O Código de Processo Penal permite estratégias por parte de advogados que têm interesse que o processo do réu seja retardado”

ANÁLISE

“O foro privilegiado só serve para gerar impunidade”

“O status atual da Operação Lava a Jato conduz a uma percepção de que o foro privilegiado só serve para gerar impunidade, blindando políticos corruptos de um julgamento célere e provocando a prescrição de seus crimes.

Mesmo não sendo regra, os tribunais, quando funcionam como instância única ou originária, tendem a julgar mais lentamente os processos, tendo em vista um aumento proporcional drástico na relação de processos por juiz. Assim, a lentidão no julgamento e no manejo dos recursos processuais provocam a prescrição dos crimes.

Ricardo Pessanha, advogado especialista em Direito Público



Por outro lado, se todo e qualquer processo contra qualquer agente político for de competência da 1ª instância, o sistema jurídico brasileiro perderá em segurança jurídica.

A politização das demandas judiciais já é um fato incontestável no Brasil e será potencializada com estratégias de pulverização de demandas, muitas sem base, espalhadas pela vastidão continental do País.

Por isso, o entendimento é de que haja equilíbrio entre um melhor aparelhamento do Judiciário e igualdade nos julgamentos.”

Audiências do Tribunal de Justiça do ES fazem reconhecimento de paternidade

Projeto “Meu pai é legal” promove audiências entre mães e supostos pais. Audiências acontecem nesta sexta-feira (9).

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) vai realizar audiências entre mães e supostos pais em Vitória, nesta sexta-feira (9). Projeto “Meu pai é legal” incentiva o reconhecimento voluntário de paternidade em crianças e adolescentes da rede de ensino de Vitória.

Segundo um levantamento feito por alunos do curso de Direito da Faesa, durante o mês de maio, em apenas quatro escolas municipais de Vitória, existem mais de 100 crianças sem o nome do pai no registro de nascimento.

O projeto, que existe desde 2012, é dividido em duas fases: na primeira, realizada no mês de maio, os estudantes de Direito da Faesa se dirigiram a quatro centros municipais de educação infantil de Vitória para realizar as oitivas (audição) com as mães, que manifestaram o interesse de participar do projeto.

Na segunda fase, que acontece nesta sexta-feira, acontecerão as audiências com os supostos pais, na presença do juiz e de um promotor, para solucionar as pendências entre as partes.

Na audiência, são tomadas todas as providências para o registro de paternidade. O registro de nascimento é feito de graça.

Os processos que não puderem ser solucionados durante as audiências, seguirão em trâmites jurídicos. As audiências serão realizadas no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da Faesa.

Os pais que não participaram da primeira fase, mas têm interesse em registrar a criança, seja por vínculo afetivo ou biológico, poderão comparecer à Faesa, no dia das audiências, para participar da iniciativa. Eles devem estar munidos dos documentos pessoais e a certidão do filho, bem como o comprovante de residência.

Serviço:

Projeto “Meu pai é legal”

Data: 09 de junho (realização das audiências)

Local: Núcleo de Prática Jurídica da Faesa

Endereço: Avenida Vitória, 2.220, Monte Belo, Vitória.

Horário: 8 às 17 horas.

ARACRUZ

Indenizados por ter de descer do ônibus

Mãe e filho que foram obrigados a desembarcar de um ônibus após a recusa da trocadora em aceitar uma nota de R\$ 20, em Aracruz, serão indenizados em R\$ 5 mil, por danos morais. A sentença foi publicada na quinta e ainda cabe recurso.

Segundo o processo, o menor já havia passado pela catraca, enquanto a mãe pagava, quando a co-

bradora se recusou a aceitar a nota, dizendo que poderia oferecer, no máximo, R\$ 10 de troco.

Como a mulher negou, a cobradora pediu ao motorista que parasse para que os dois descessem no meio do caminho. A vítima alegou que houve constrangimento e que o filho teve de caminhar com as pernas feridas por causa de uma alergia.

BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA

Família que comandava tráfico é presa

Chefe do bando, a mãe dele e o cunhado foram presos com um comparsa. Primo fugiu

Três pessoas da mesma família foram presas por ligação com o tráfico: Maria de Lurdes Rodrigues, a Maria Gorda, 62 anos, o filho e o genro. Um comparsa também foi detido, e um sobrinho de Maria está foragido.

A prisão da família foi realizada pela Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes (Deten) no bairro Sagrada Família, em Vila Velha.

Segundo o delegado Augusto Giorno, da Deten, as investigações duraram seis meses. "A família



FOTOS: GUILHERME FERRARI

Leonardo Rodrigues, Flávio, Maria de Lurdes e Amarildo foram presos. Flávio Rodrigues está foragido

comanda de forma organizada o tráfico no bairro e na vizinhança", definiu.

Na chefia do grupo está o comerciante Leonardo Rodrigues do Santíssimo, 36, e o primo dele, Flávio Oliveira Rodrigues, 39. A mãe de

Leonardo, Maria Gorda, é a contadora do tráfico.

Já o genro dela, Flávio do Nascimento, o Tatu, 39, é o responsável pela logística de distribuição de drogas e coleta de dinheiros das bocas de fumo. Ele foi preso

em flagrante pela PM.

Também integra o bando, mas não a família Rodrigues, o jovem Amarildo Alves, 26, descrito pela polícia como um gerente geral da situação, responsável pelas decisões na au-

sência dos chefes.

Na manhã de ontem, a polícia deteve Maria, o filho Leonardo e o gerente Amarildo. No entanto, o sobrinho da idosa, Flávio Oliveira Rodrigues, conseguiu escapar da operação

da polícia e está foragido.

Todos os acusados possuem mandado de prisão temporária pelos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico.

Na delegacia, os detidos se recusaram a dar declaração à polícia. O advogado que acompanhava a família, Renato Cintra, disse que vai se inteirar do processo, mas inicialmente, já negou o envolvimento dos clientes com o tráfico de drogas.

Nas residências foram apreendidos três carros de luxo e uma moto. Na casa de Leonardo a polícia apreendeu um fuzil de brinquedo e bijuterias. (Glacieri Carraretto)



lximenes@redegazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Leonel Ximenes

Assembleia quer resolver conflito entre Estado e devedores

Os membros da CPI da Sonegação da Assembleia Legislativa vão se reunir com o presidente do Tribunal de Justiça, Annibal de Rezende Lima, para pedir a criação de um grupo de trabalho para buscar a conciliação entre o Estado e os seus devedores. Só os 500 maiores inadimplentes devem cerca de R\$ 9 bilhões.

E a cobrança?

O deputado Marcelo Santos (PMDB), novo relator da CPI da Sonegação, já está analisando a lista dos 500 maiores devedores da Secretaria da Fazenda, resultado da quebra de sigilo fiscal obtido pela Comissão. A coluna apurou que alguns deputados estão incomodados com a suposta falta de ação do Fisco Estadual para cobrar os sonegadores.

QUESTIONAMENTO INTERNACIONAL

Crise da segurança: ONU quer respostas

Organização pediu informações ao governo há quatro meses e ainda não recebeu

de MANOELA ALBUQUERQUE

O pedido de informação feito pela ONU, em fevereiro, sobre a crise da segurança no Espírito Santo, não foi respondido pelo governo estadual. O Ministério dos Direitos Humanos, responsável por solicitar as informações ao estado, afirmou que até ontem não houve resposta mesmo após várias solicitações.

O Espírito Santo ficou sem a Polícia Militar nas ruas por sete dias devido a uma paralisação iniciada por familiares dos policiais, que aconteceu do dia 4 ao dia 25 de fevereiro deste ano. As cidades capixabas viveram o caos, com o registro de diversos tipos de crimes. Foram 200 mortes violentas no período. Homens do Exército e Força Nacional foram acionados para reforçar a segurança pública do estado.

A relatora especial da ONU sobre execuções sumárias ou arbitrárias, Agnes Callamard, publicou na manhã da última segunda-feira, dia 5, o pedido de informações feito ao Brasil no início de fevereiro sobre a ocasião.

Segundo a ONG Conectas, na maior parte dos casos, esse tipo de procedimento das Nações Unidas é confidencial. O documento foi disponibilizado pela ONG na língua inglesa.

No pedido, cobra do governo medidas efetivas para investigar e respon-

sabilizar os praticantes de violações de direitos humanos ocorridas no período da crise. No total, são seis pedidos específicos de informações oficiais que não foram respondidos.

IMAGEM

A coordenadora de Política Externa da Conectas, Camila Asano, afirma que a ausência de respostas faz com que a imagem do Brasil fique prejudicada junto às relatorias especiais da ONU.

"O país tem a péssima prática de não responder os pedidos de informação oficiais e a divulgação do documento expõe esse descaso para o Conselho de Direitos Humanos, do qual o Brasil é membro desde o início de 2017", afirma.

O Itamaraty esclareceu que a responsabilidade de solicitar a resposta do governo capixaba é do Ministério dos Direitos Humanos.

A Secretaria Especial de Direitos Humanos informou que não recebeu as informações que foram solicitadas ao governo do Espírito Santo no dia 23 de março.

"Ainda após reiteradas solicitações, a SEDH não recebeu as informações solicitadas até a presente data", diz a nota.

GOVERNO

Até o fechamento desta matéria, a Secretaria de Estado da Segurança (Sesp) não havia respondido à reportagem sobre o pedido de informações feito pela Organização das Nações Unidas (ONU).



Homens do Exército foram para as ruas, em fevereiro, no período em que o Estado ficou sem a PM

CARLOS ALBERTO SILVA - 06/02/2017

CRIMES

200
mortes

Foi o número registrado durante o período que durou o movimento dos policiais militares.

TEMPO

21
dias

Foi o tempo que durou a crise de segurança até que toda a PM voltasse às ruas.



lximenes@redegazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Leonel Ximenes

Greve da PM vira ação penal na Justiça Militar

O movimento de paralisação da PM, em fevereiro, começou a ser investigado pela Justiça Militar, que já recebeu as primeiras ações penais contra policiais acusados de insuflar os ânimos da tropa. O Ministério Público ainda não ofereceu acusação de motim, o que pode ocorrer futuramente. Estão sendo processados oficiais da ativa e da reserva e praças.

Mais investigações

No total, são nove réus em três processos. Os inquéritos foram abertos na Corregedoria Militar, que ainda está apreciando outras dezenas de processos. As investigações avançaram, o MP recebeu os inquéritos e ofereceu denúncia à Justiça Militar, que já começou a fazer audiências.

ASO FABYANE

Padrasto foi a pagode depois de estuprar e matar a enteada

polícia concluiu inquérito indiciou Michael Lelis, ma ex-namorada e a mãe da menina

GLACIERI CARRARETTO
arraretto@redgazeta.com.br

polícia descobriu que pós estuprar e torturar até a morte a enteada abyane Isadora Claudino, de 2 anos, o vendedor Michael Lelis, 28, foi para um pagode, em Ariacica.

O crime aconteceu no dia 18 de maio. Michael violentou sexualmente a menina e a espancou. Quando a mãe de Fabyane negou em casa, ela levou criança até o pronto-socorro, acompanhada de Michael.

De lá, mãe e filha seguiram para o Hospital Infantil de Vitória, onde ela ficou internada, teve paradas cardíacas e morreu no dia



Michael foi levado para o DML para colher material genético. Ele foi indiciado por estuprar e matar Fabyane



GUILHERME FERRARI E REPRODUÇÃO

seguinte. A vítima apresentava órgãos internos dilacerados, braço quebrado e lesões na genitália.

INVESTIGAÇÃO

Ontem, a Delegacia de

Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) concluiu as investigações do crime.

O inquérito encaminhado para a Justiça indiciou o padrasto e a mãe da

menina, a cuidadora de idosos Maria Isabel Claudino, 22, pelos crimes de estupro e tortura com resultado morte. Os dois estão presos.

"Após acompanhar a es-

posa ao pronto-socorro, Michael saiu de lá e foi para um pagode, mesmo já sendo informado sobre a gravidade do estado de saúde da vítima. Isso mostra a indiferença dele em

relação aos crimes que ele cometeu", disse Lorenzo Pazolini, delegado titular da DPCA.

Michael está preso desde do dia 20, quando foi encontrado dentro de uma caçamba de lixo, no bairro Marçílio de Noronha, em Viana.

Ontem, Michael foi levado da cadeia para o Departamento Médico Legal (DML), em Vitória. Lá ele teve de fornecer seu material genético (saliva) para que sejam realizados os exames de DNA.

"O objetivo é comparar o DNA dos vestígios de sangue e de sêmen encontrados na casa onde aconteceu o crime. O laudo será anexado ao inquérito", afirmou o delegado Lorenzo Pazolini. O resultado do exame fica pronto em 15 dias.

INDIFERENÇA

"Ele foi para um pagode após o crime, mesmo sabendo sobre a gravidade do estado de saúde da vítima, o que mostra a indiferença dele"

LORENZO PAZOLINI
DELEGADO DA DPCA

Mãe é acusada dos mesmos crimes por omissão

◀ O inquérito também acusa a mãe de Fabyane, a cuidadora de idosos Maria Isabel Claudino, 22, de estupro e tortura até a morte, pois, segundo a polícia, ela se omitiu de agir quando deveria.

Ela foi presa no último dia 2 pela equipe da DPCA,

por meio de cumprimento de mandado de prisão. Maria Isabel continua na cadeia desde então. A filha de 7 anos de Isabel e a filha de 9 meses que possui com Michael estão aos cuidados de familiares. Na época, o delegado Lorenzo Pazolini, foi enfático: "Ela ajudou o

homem que fez aquilo com a própria filha".

A cuidadora teria até mesmo mandado uma mensagem por celular alertando Michael que a polícia sabia do caso.

No entanto, Maria Isabel negou saber que o marido batia na filha. "Ele é o

culpado. Eu nunca o vi fazendo nada com ela perto de mim. Eu amo meus filhos", declarou.

Uma ex-namorada de Michael também está sendo indiciada pelo crime de favorecimento pessoal pois abrigou o suspeito durante as buscas da polícia por ele.

ARREPENDIDO?

"Se eu pudesse voltar atrás... Me causa tristeza a morte dela. A prisão da minha esposa é injusta, essa mulher não tem nada a ver com isso não"

MICHAEL LELIS
PADRASTO DE FABYANE

PAÍS EM CRISE

REPERCUSSÃO

OAB repudia suposta “investigação ilegal contra ministro do STF”

Juizes federais veem suposta ação da Abin como “típica de regimes totalitários”

BRASÍLIA

▲ A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) repudiou com veemência a suposta investigação contra Edson Fachin, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), que estaria sendo realizada pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

“É preciso preservar as instituições e a lei, sob pena de termos retrocessos nos valores democráticos e republicanos que asseguram a continuidade e o desenvolvimento do Estado brasileiro”, cita a nota assinada pelo presidente da OAB Nacional, Claudio Lamachia.

“Não podemos deixar que um momento de instabilidade provoque prejuízos permanentes”, cita a nota divulgada ontem. O



Claudio Lamachia, presidente da OAB, fez críticas

texto repudia “qualquer investigação ilegal contra ministro do Supremo Tribunal Federal, especialmente quando articulada por agentes públicos que possuem o dever de salvaguardar o Estado de Direito”. A nota de Lamachia não cita o nome de Fachin.

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe)

comparou a suposta investigação realizada pela Abin contra Fachin à ação de regimes totalitários e citou que a revelação indica “desespero”.

Em nota, o presidente da entidade, Roberto Carvalho Veloso, cita que a “a estratégia de constringer magistrados com ataques à honra pessoal, colocan-

PREJUÍZOS

“Não podemos deixar que um momento de instabilidade provoque prejuízos permanentes”

CLAUDIO LAMACHIA
PRESIDENTE DA OAB
NACIONAL

do órgãos públicos a esse serviço, é típico de regimes totalitários”.

“Esse tipo de comportamento é inaceitável, demonstrando que as pessoas que tentam utilizá-lo não possuem meios adequados para proceder à sua defesa, e resolvem partir para o desespero, pondo em risco as instituições republicanas e democráticas”, afirma o presidente da entidade. (AE)

BASTIDORES DOS NEGÓCIOS

BERNARDO COUTINHO



Garagem da Viação Itapemirim, em Cariacica: empresa chegou a ser uma das maiores da América Latina

A QUEDA DE UM IMPÉRIO

A Itapemirim, que já foi um grande grupo, hoje está endividada

de **LUÍSA TORRE**
ltorre@redgazeta.com.br

O ano era 1946. O jovem Camilo Cola voltava a Cachoeiro de Itapemirim após lutar na Segunda Guerra Mundial, na Itália, como integrante da Força Expedicionária Brasileira. Com o dinheiro ganho em território italiano, comprou um Ford Hercules e começou a transportar cargas e passageiros. Como os soldados tinham prioridade na compra desses veículos, estimulou colegas de front a comprá-los e colocá-los à venda, ganhando um bom dinheiro.

“Se eu for contar tudo, vamos precisar de outro encontro”, brinca Camilo Cola, sobre a origem do império que fundou: o grupo Itapemirim. Ele conta que, em 1948, surgiu a Empresa de Transporte Autos - ETA, que tinha um único ônibus entre Castelo e Cachoeiro. Em

1950, a frota já era de dez veículos. A empresa foi crescendo e, em 4 de julho de 1953, nasceu, em Cachoeiro, a Viação Itapemirim. “A empresa foi expandindo para Sul e Norte do Estado, e, na década de 1960, foi para o Nordeste. Quando entrei, há 42 anos, a Itapemirim fazia a ligação entre São Paulo, Espírito Santo e o Nordeste”, lembra Camilo Cola Filho, o Camilinho, ex-presidente da companhia.

O estilo empreendedor de Camilo Cola levou a empresa a dobrar quando, em 1972, incorporou uma das grandes empresas do país, a Nossa Senhora da Penha. De repente, a operação da Itapemirim alcançava praticamente todo o Sul brasileiro, chegando ao Uruguai.

“Nos anos 1980, chegamos ao nosso ápice. Compramos a linha Rio-São Paulo e nos tornamos a 14ª

montadora do Brasil, fabricando nossos ônibus, a marca Tecnobus. A Transportadora Itapemirim, de cargas gerais, também cresceu. Já na década de 1990, entramos no serviço aéreo de transporte de carga expressa. Foi uma época bonita da empresa”, conta Camilinho.

DECADÊNCIA

Em seus tempos áureos, a Viação Itapemirim figurava entre uma das maiores da América Latina. Atualmente é uma empresa endividada, em recuperação judicial, e não pertence mais à família Cola, que vendeu o controle acionário da companhia no final de 2016. Segundo o ex-presidente da empresa, Camilo Cola Filho, a decadência é resultado de uma combinação de fatores: “No início dos anos 2000, começamos a sofrer muito com transporte clan-

destino. A fiscalização era fraca e havia lugares, como Pará e Maranhão, em que o transporte pirata ocupava 60% do mercado”.

Outro ponto foi a queda nos preços das passagens aéreas e incentivos fiscais dados às empresas de aviação, a partir de 2003. Somado a isso, pontua Camilinho, estão leis aprovadas na década que deram gratuidade a estudantes que atestem pobreza e a idosos, por exemplo. “A margem do setor piorou, e, em 2008, veio a crise internacional”, conta.

No entanto, o principal problema que atingiu a empresa foi um impasse na regulação pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que começou em 2008 e só foi resolvido em 2015. As concessões foram substituídas por um modelo de autorização por linhas. A demora, no entanto, provo-

cou queda no faturamento das empresas, enquanto que o crédito ficou mais caro.

“Começamos a vender empresas para pagar outros negócios. Até 2008, o nosso passivo tributário era zero. Com a crise internacional, a empresa deixou de pagar alguns impostos e as multas e juros são altos. Sem certidão negativa, o crédito ficou mais caro e, se as vendas não reagiam, não conseguimos cobrir”, explica Camilinho.

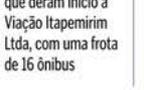
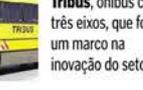
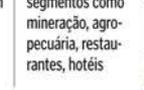
Em junho de 2015, com a definição da ANTT, a Itapemirim repassou, por R\$ 100 milhões, 68 das 118 linhas que operava à Kaissara, empresa que detinha uma linha, cujos sócios eram funcionários da Itapemirim.

Filha de Camilinho, Andréa Cola reconhece que houve problemas na administração dos negócios. Ela conta que tentou profissionalizar a gestão, mas atritos

com outros diretores impediram de seguir com o plano. “Tinha muitos atritos profissionais com a diretoria, e decidi sair. Havia diretor que estava na empresa antes de eu nascer. Cheguei a brigar com meu pai”, conta.

Diante de um quadro de dívidas trabalhistas e com fornecedores da ordem de R\$ 330 milhões e um passivo tributário de R\$ 1 bilhão, a empresa entrou, em março de 2016, em recuperação judicial. O processo ainda está correndo e resultou, até agora, no negócio com a Kaissara desfeito e na venda do grupo Itapemirim para investidores de São Paulo. Mas esse não é o ponto final da história. Alegando ter sido vítima de um golpe, a família Cola tenta na Justiça retomar o controle da empresa, enquanto que os novos sócios argumentam que as tratativas foram legais.

Do império às dívidas

Década de 1940	Década de 1950	Década de 1960	Década de 1970	Década de 1980	Década de 1990	
<ul style="list-style-type: none"> Com dinheiro adquirido na Itália, ao participar da Segunda Guerra Mundial, Camilo Cola comprou, em 1946, um Ford Hercules e começou a transportar cargas e passageiros. Também intermediou a compra e venda desses veículos por outros soldados 	<ul style="list-style-type: none"> Com o lucro das transações, associou-se a um comerciante local e criou a Empresa de Transporte Autos - ETA, que tinha um único ônibus, que rodava entre Castelo e Cachoeiro 	<ul style="list-style-type: none"> A empresa já tinha 10 veículos e seguia um plano de expansão. A ETA partiu, então, para a fusão com outras duas empresas de ônibus, que deram início à Viação Itapemirim Ltda, com uma frota de 16 ônibus 	<ul style="list-style-type: none"> A Itapemirim estendeu as linhas da empresa a todo o Norte do Espírito Santo. Com aquisições e licitações, passou a operar linhas como Brasília/Belo Horizonte e Belo Horizonte/Vitória. Em 1963, a frota era de 100 veículos 	<ul style="list-style-type: none"> No início da década de 70, expandiu para o Norte e Nordeste, e passou a operar as linhas Belém/Rio de Janeiro e Salvador/Rio A Itapemirim incorporou a Nossa Senhora da Penha e passou a operar praticamente em todo o Sul do país, além de chegar ao Uruguai. A frota: 500 ônibus 	<ul style="list-style-type: none"> A empresa passou a operar a ligação entre Rio de Janeiro e São Paulo e se tornou uma das maiores do mundo no segmento A Itapemirim passou a produzir suas carrocerias em Cachoeiro do Itapemirim, com a marca Tecnobus. A empresa lançou o Tribus, ônibus com três eixos, que foi um marco na inovação do setor 	<ul style="list-style-type: none"> O grupo Itapemirim terminou o processo de diversificação iniciado no final da década de 1960, passando a abranger os segmentos como mineração, agropecuária, restaurantes, hotéis Nesta época, o grupo entrou no segmento de transporte aéreo de cargas expressas, serviço que manteve até o início dos anos 2000 

Briga pelo controle acionário da Itapemirim

Camilo Cola é intimado a sair da casa onde mora

Após vender empresas, família Cola entrou na Justiça para retomar a gestão do grupo

A recuperação judicial e o processo de venda da Itapemirim abriu mais um capítulo na história da empresa. Com acusações mútuas dos antigos e novos sócios, a disputa pelo controle acionário da companhia virou imbróglio jurídico.

Com dívidas trabalhistas e com fornecedores de R\$ 336,49 milhões, além de um passivo tributário de R\$ 1 bilhão, o grupo Itapemirim entrou em recuperação judicial em março de 2016. No final do mesmo ano, a família Cola resolveu vender o controle acionário do grupo, que inclui seis empresas (Viação Itapemirim, Transportadora Itapemirim, ITA-Itapemirim Transportes, Imobiliária Bianca, Cola Comercial e Distribuidora e Flecha Turismo Comércio e Indústria) para a companhia SSG Incorporação e Assessoria e CSV Incorporação e Assessoria Empresarial, cujos sócios são Sidnei Piva de Jesus e Camila de Souza Valdivia.

No negócio firmado, os novos sócios não pagariam valores à família Cola, mas assumiriam todas as dívidas do grupo. Camilo Cola Filho, ex-presidente da empresa, afirma que Sidnei e Camila se apresentavam como empresários que tinham R\$ 5 bilhões em créditos tributários, o que iria sanar as contas da empresa.

A família Cola, no entanto, acusa os novos só-



Andréa Cola, Camilo Cola e Camilo Cola Filho alegam que são vítimas de um golpe

cios de não terem honrado o acordo. Eles alegam que o processo de compra e venda não é válido, já que não assinaram todos os termos do contrato. De acordo com Filho, no contrato de venda havia anexos que descreveriam os bens que ficariam com a família, como imóveis que são de propriedade da Imobiliária Bianca, detentora do patrimônio dos Cola. "Firmamos uma declaração que

só teria validade se os anexos fossem assinados, mas eles nunca foram".

A família alega que, em dezembro, o juiz da recuperação judicial, Paulino José Lourenço, determinou a transferência do controle acionário das empresas para o grupo e que o patrimônio construído está ameaçado. No entanto, uma escritura pública registrada em maio em cartório de São Paulo do advogado Marcio Mastropietro, responsável pela confecção do contrato de compra e venda, dá conta de que não houve assinatura dos anexos.

Apenas o controle societário da imobiliária não foi repassado a Camila e a Sidnei por causa do espólio da falecida esposa de Camilo Cola, Ignez Massad Cola.

De acordo com os ex-do-

nos do grupo Itapemirim, assim que o controle acionário foi transferido, a nova gestão teria começado a demitir sem cumprir obrigações, teria deixado de pagar fornecedores e ainda estaria realizando retiradas diárias dos caixas das empresas, através de notas fiscais frias direcionadas a outras empresas deles, como a Delta X, sediada em São Paulo.

Os Cola ingressaram na Justiça, então, com uma ação para retomar o controle acionário da Itapemirim. O processo terá audiência no dia 23 de junho.

TRAÍÇÃO

Os Cola alegam terem sido induzidos a entrar no processo de recuperação judicial por dois profissionais antigos da Itapemirim: Anísio Fioresi, na épo-

ca diretor-financeiro, e o chefe do setor jurídico, Rômulo Barros Silveira. "Anísio está na empresa há 42 anos. A família dele é vizinha da fazenda dos meus avós. Tinha total confiança nele", frisa Camilo Filho.

Segundo ele, Fioresi e Silveira agiram de má-fé induzindo a família a uma recuperação judicial desnecessária, isolando diretores e incluindo no processo uma empresa sadia, a Imobiliária Bianca. "Com informação privilegiada e procurações, eles se juntaram aos novos sócios, que aplicaram um golpe", diz Filho.

O juiz Paulino José Lourenço foi procurado, através assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça, que informou que "o magistrado não concede entrevista sobre processo em curso."

Os ex-proprietários da Itapemirim, Camilo Cola e Camilo Cola Filho, foram notificados na última semana para desocupar o platô zero, área da empresa onde está a casa do fundador, atualmente com 93 anos.

O pedido, segundo Andréa Cola, não foi aceito pela Justiça. Isso porque, diz ela, o imóvel é de posse da Imobiliária Bianca, a única das empresas em recuperação judicial ainda em nome da família.

Na notificação extrajudicial, a Viação Itapemirim, que é quem pede a desocupação, informa que foi feito acordo verbal para que o espaço fosse utilizado de forma provisória, enquanto iniciavam o processo de mudança. A notificação diz que "entretanto, a utilização provisória e precária dos notificados no imóvel em debate tornou-se insustentável em decorrência das diversas acusações difamatórias inverídicas e litígios insanos extrajudiciais e judiciais".

A notificação também traz a informação de que, em 4 de abril, foi comunicado o pedido de desocupação por haverem impedido acesso dos funcionários da viação ao depósito de arquivo.

PASSIVO

1 bilhão

de reais

É o valor do passivo tributário do grupo Itapemirim.

EMPREGOS

11 mil

funcionários

Foi o número de trabalhadores que a empresa teve no ápice, durante os anos 1980

Anos 2000



• Camilo Cola foi eleito deputado federal, cargo que exerceu até 2008. Ele saiu da presidência da Viação Itapemirim e fica apenas no Conselho

• O barateamento das passagens aéreas e os incentivos fiscais dados às empresas de aviação provocaram uma queda na circulação de passageiros nos ônibus, a partir de 2003. Somado a isso são criadas leis que dão gratuidade a estudantes que atestem pobreza e a idosos nos coletivos

• Um impasse na regulação pela ANTT iniciado em 2008 e só foi resolvido em 2015 fez com que as empresas ficassem em situação de incerteza e isso provocou um aumento no valor do crédito nos bancos. Em 2015, as concessões foram substituídas por um modelo de autorização por linhas

2015

• Para se adequar à norma da ANTT, a Itapemirim transferiu à Kaissara, uma empresa pequena, que operava apenas uma linha, e cujos sócios eram funcionários da Itapemirim, 40% da frota e mais da metade das linhas



2016

Em março de 2016, em meio a dificuldades financeiras, a empresa protocolou um pedido de recuperação judicial, envolvendo seis empresas do grupo. Em dezembro, a Justiça decidiu incluir a Kaissara no processo alegando "desvio de patrimônio" na operação. Em novembro, a empresa foi vendida para um grupo de São Paulo



Infografia | Gemildo

BERNARDO COUTINHO



Ônibus na garagem da Itapemirim, em Cariacica: funcionários temem demissões

Funcionários da Itapemirim estão com salários atrasados

Reivindicando pagamento em dia, trabalhadores atrasaram saída de ônibus

de **LUÍSA TORRE**
ltorre@redgazeta.com.br

Atrasos salariais e incerteza sobre o futuro da empresa. Essa virou, segundo sindicatos, a rotina dos funcionários da Viação Itapemirim, que já foi uma das maiores da América Latina e, hoje, em recuperação judicial, acumula dívidas e é alvo de briga na Justiça entre antigos e novos sócios.

Desde março de 2016, a empresa está em recuperação judicial, em meio a dívidas da ordem de R\$ 330 milhões com processos trabalhistas e fornecedores e de R\$ 1 bilhão em tributos. Entre novembro e dezembro, a empresa foi vendida e o controle acionário deixou de ser da família do fundador Camilo Cola, passando para dois empresários, Camila Valdúvia e Sidnei Piva.

Os funcionários, que já chegaram a ficar com seus salários atrasados por quatro meses em 2016 – o que havia sido regularizado com a transferência para os novos sócios –, voltaram a sofrer com o mesmo problema a partir de maio deste ano. A demora no pagamento atinge principalmente setores como administrativo, manutenção e limpeza, destaca o diretor do Sindiroviá-

rios-ES, Uedilson da Vitória. “Até março, a empresa estava pagando tudo certo, em dia. Só que, a partir de março, a coisa desandou. Em maio, os salários foram pagos entre os dias 10 e 15. Em abril, também atrasou. Neste mês, a empresa pagou os motoristas no dia 8. Só que o pessoal interno da empresa não recebeu até hoje. Os caras que trabalham na bomba, mecânico, quem limpa ônibus, ninguém foi pago”, afirma.

Além disso, Uedilson explica que o ticket-alimentação e o vale-transporte desses funcionários também estão atrasados. “Os motoristas foram os que receberam tudo em dia. Os tickets que estavam dois meses atrasados foram quitados”, comenta.

Na sexta-feira, 9, o diretor conta que foi feita uma paralisação, na Rodoviária de Vitória, em protesto pelo atraso dos salários e pela demissão por justa causa que um funcionário levou e que o sindicato não concordou. “O ônibus que ia sair às 15h30 da rodoviária saiu às 18 horas por conta dessa paralisação”, diz.

Segundo ele, demissões em massa não estão acontecendo, mas o atraso de salário deixa os funcionários preocupados.

Em Cachoeiro de Itapemirim, o presidente do Sindimotoristas, Elias Brito Spoladore, conta que a situação não é diferente.

“A informação que a gente tem, conversando com colegas que permanecem na empresa trabalhando, é que

eles estão com benefícios relativos a ticket-alimentação em atraso há dois meses. Ontem (sexta), tive a informação de que estão pagando por setores, e alguns setores ainda estão com salários atrasados”, afirma.

A Viação Itapemirim diz que não há atraso de salários. “A nova gestão assumiu a empresa no dia 1º de novembro de 2016, com quatro meses de salários atrasados. Em 20 dias, a nova gestão regularizou os salários e reativou a alimentação dos funcionários”, esclarece em resposta enviada por e-mail. Além disso, a empresa afirma que, “neste mês, a empresa está passando por uma mudança de sistema, no sentido de modernização e tecnologia, para maior controle e transparência”, complementa.

Demitidos sem receber direitos

Além dos atrasos nos salários, os sindicatos denunciavam que verbas rescisórias dos funcionários demitidos desde o início de 2016 não têm sido pagas. Os casos estão na Justiça.

Segundo o presidente do Sindimotoristas, Elias Brito Spoladore, os 170 funcionários mandados embora em fevereiro de 2016, antes da recuperação, não receberam nada.

Daquela época para cá, com a empresa já em recuperação judicial, ele explica que vários funcionários foram demitidos e não receberam nada. “Homologamos em torno de 60 rescisões, que também não tiveram os direitos pagos pela empresa corretamente. Este ano, já tiveram outras demissões, principalmente do setor administrativo, que nos procuraram e também não tiveram seus direitos pagos corretamente”, afirma Spoladore.

O advogado especialista em Recuperação Judicial do escritório Hannud & Vellozo Advogados, Vitor May Xavier, explica que todas as cobranças de dívidas contra a empresa ficam em suspenso no período de re-

cuperação judicial. “A empresa não precisa pagar as dívidas existentes até a data do protocolo do pedido. As posteriores, ela tem que pagar”, ressalta ele.

Em relação às rescisões “em aberto, tanto do período da antiga gestão, quanto da nova gestão”, diz a Itapemirim, “a empresa está buscando uma rápida solução para o impasse”. A empresa ainda afirma que “a maior parte das demissões ocorridas trata-se de funcionários que não prestavam serviços para a empresa, e sim diretamente ligados às residências dos antigos sócios”.

DIREITOS

“Homologamos em torno de 60 rescisões, que não tiveram os direitos pagos pela empresa corretamente. Este ano, já tiveram outras demissões, principalmente do administrativo”

ELIAS SPOLADORE
PRESIDENTE DO
SINDIMOTORISTAS



Frota da Itapemirim na década de 80: empresa esteve entre as maiores da América Latina

ITAPEMIRIM/DIVULGAÇÃO

BASTIDORES DOS NEGÓCIOS

Grupo diz que auditoria aponta desvios

Novos donos da Itapemirim vão ingressar na Justiça para receber valores

Os novos sócios da Viação Itapemirim, Camila Valdívnia e Sidnei Piva, afirmam que, por determinação da Justiça, fizeram uma auditoria nas contas da empresa, analisando documentos fiscais, recibos, planilhas, extratos, entre outros. Segundo o grupo, foi constatada "uma rede de formas de retiradas diversas da empresa".

Um relatório foi enviado à reportagem por e-mail. Segundo os sócios, trata-se de "auditoria realizada pela renomada Backer Tily Brasil".

Mas o relatório não contém menção à empresa de auditoria, e conta apenas com a logo da Viação Itapemirim. Consta no documento que ele "pretende resumir os trabalhos realizados pelas áreas Financeira, Contábil, Fiscal, e envolvimento da Auditoria interna da empresa" e que foi realizado "sob a supervisão da técnica jurídica Camila de Souza Valdívnia (sócia proprietária), nomeada em ata Diretora Administrativa/Financeira".

Camila e Piva afirmam que vão cobrar os valores na

Justiça. Os sócios informaram por e-mail que foi encontrado o desvio de R\$ 120 milhões chamados de mútuos - nome utilizado para as retiradas de dinheiro da empresa, segundo eles.

"Há ainda contabilizado o saque de R\$ 56 milhões em nome dos antigos sócios, estes recursos eram desviados para entrega em espécie através de um documento chamado de CTN, para contas no exterior e

SAQUES

"Há ainda contabilizado o saque de R\$ 56 milhões em nome dos antigos sócios, estes recursos eram desviados para entrega em espécie através de um documento chamado de CTN, para contas no exterior e através de pagamentos efetuados à holding de nome MC Massad Cola"

CAMILA VALDÍVIA E SIDNEI PIVA, DONOS DA ITAPEMIRIM

através de pagamentos efetuados à holding de nome MC Massad Cola Empreendimentos e Participações Ltda", diz o trecho do e-mail.

No relatório, são apontadas retiradas feitas em forma de vales de diversos locais do país para Camilo Cola Filho, da Itapemirim e da Kaissara. Os valores apontados não são R\$ 120 milhões, e sim cerca de R\$ 42 milhões entre 2014 e 2016. Entre os documentos enviados pelo grupo para a reportagem, relativos às transferências para a MC Massad Cola, o valor somado, em 6 documentos de dezembro de 2016, não foi de R\$ 56 milhões, e sim de R\$ 107.500.

Já a conclusão do relatório de auditoria diz que, após recuperação judicial, "foram retirados valores da empresa de diversas maneiras", "seja através de DOC, TED ou ainda em moeda corrente a título de atender a personalidade dos sócios", e dá outro número: R\$ 15,3 milhões. A conclusão também diz que "além destes valores, existem diversas transferências para empresas que eram do grupo econômico", que contabilizam outro valor, diferente do que foi informado antes, de R\$ 322,6 milhões.



Unidade da Viação Itapemirim: empresa está envolvida em polêmicas

Justiça desfez negócio da Itapemirim com Kaissara

Em junho de 2015, a Viação Itapemirim passou para a Kaissara 68 de suas 118 linhas e cerca de 40% de sua frota. Antes da operação, a Kaissara tinha apenas uma linha. Ela foi formada em 2009, pelos sócios Mário Sérgio Pereira Jussim e Izaias Alves Lima, ambos funcionários da Itapemirim.

Após o ajuizamento da recuperação judicial, no entanto, o juiz Paulino José Lourenço entendeu, em uma decisão de dezembro, que houve "desvio de patrimônio" na operação de transferência das linhas e apontou indícios do

uso de "laranjas".

A Kaissara foi então incluída na recuperação judicial e foram nomeados como interventores dela os atuais sócios da Itapemirim, Camila Valdívnia e Sidnei Piva. Os empresários dizem

que, com a auditoria, foi possível perceber que a "Viação Itapemirim e a Viação Caiçara (razão social) sempre foram a mesma empresa, sendo que as duas empresas sempre foram administradas por funcionários, porém, todo comando de retirada de dinheiro para processos que não fossem de custeio da operação vinha diretamente dos sócios".

O juiz Paulino José Lourenço foi procurado, através da assessoria do Tribunal de Justiça, que informou que "o magistrado não concede entrevista sobre processo em curso".

ROTAS

68
linhas

É o número de rotas re-passadas da Itapemirim para a Kaissara em 2015.

O OUTRO LADO

"Não vejo fidelidade nas informações"

Eu não tenho acesso às informações da auditoria. Só tenho a minha memória e não acredito que exista isso. Eu não tenho conhecimento do que a auditoria diz. Para ser mais preciso, eu necessitaria ter acesso a essas informações. Essas pessoas levaram a empresa por um valor simbólico, não pagaram nada, dizendo que iam assumir as dívidas e que tinham créditos tributários. Uma negócio que sequer foi concluído, não era nem para eles estarem em posse da em-

presa. Não estou pedindo para eles ficarem com o grupo Itapemirim. Se o negócio era tão ruim, por que não nos devolvem a empresa? Eu entendo que eles me passaram a perna. Eu entendo que o negócio não foi concluído e eu quero a empresa de volta. Se tem esses valores que saíram do caixa, há valores que entraram na empresa. Entraram mais de R\$ 300 milhões, só eu coloquei R\$ 100 milhões, entre outros valores que foram investidos na empresa. Sobre a Kaissara, eu

não posso falar por que não éramos nós que administrávamos ela. Ela não pertencia ao grupo. Quanto à máquina de bilhetes, desconheço. A venda de passagens, hoje em dia, é toda feita por sistema eletrônico. É muito difícil fazer esse tipo de operação que eles estão ventilando. O sistema é muito moderno. Não reconheço que tenhamos feito isso, porque o sistema é seguro. Não vejo fidelidade nas informações apresentadas.

CAMILO COLA FILHO, EX-PRESIDENTE DO GRUPO ITAPEMIRIM

Ministério Público investiga emissão de passagens

Há cerca de três meses, o representante da administração judicial do grupo Itapemirim, João Manoel Saraiva, apresentou à Justiça um relatório onde conta ter encontrado documentos suspeitos dentro de uma sala nas dependências da Viação Itapemirim, em Cachoeiro.

Em decisão saneadora do dia 30 de março, o juiz Paulino José Lourenço, da 13ª Vara Cível Especializada Empresarial, afirmou que foram encontrados "uma relação de contrato de câmbio, seis caixas com documentos diversos, planilhas de pagamentos, numerário em moeda estran-

geira, uma bolsa preta e quatro equipamentos de emissão de bilhetes de passagens".

Os sócios da Itapemirim informaram, por e-mail, que as máquinas eram "utilizadas para emitir passagem dublê na empresa, caracterizando o caixa 2".

O relatório também informa que, no dia 17 de março, "os antigos controladores das recuperandas entraram no local e retiraram o restante da documentação" que não havia sido levado por Saraiva. Por suspeita de "possível prática de condutas criminosas no âmbito das em-

presas em recuperação", o juiz decide enviar o material ao Ministério Público Estadual para apuração.

O juiz também afirma, em decisão, que o "Grupo de Apuração Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), do Ministério Público Estadual, e a Delegacia Fazendária vêm desenvolvendo investigação acerca de fatos relacionados às empresas em recuperação".

A reportagem pediu, na última terça-feira, 6, mais informações do Ministério Público sobre o caso. Mas até o fechamento da reportagem, não houve retorno.

SÓCIOS NA MIRA DA JUSTIÇA EM SÃO PAULO

Novos donos do grupo Itapemirim respondem a vários processos

de LUÍSA TORRE
ltorre@redgazeta.com.br

A venda da Viação Itapemirim da família Cola para os novos sócios, os empresários de São Paulo Sidnei Piva de Jesus e Camila de Souza Valdivia, virou uma briga na Justiça. Enquanto os antigos donos os acusam de fraude e pedem a empresa de volta, os atuais controladores se defendem, mostram documentos e alegam que agiram estritamente dentro da lei, conforme a GAZETA revelou numa matéria exclusiva publicada na edição de ontem.

Porém, não é só no Espírito Santo que eles estão envolvidos em acusações de fraude. Em São Paulo, há diversos processos contra os dois. Em Goiás, o administrador judicial de uma empresa que eles compraram aponta suspeitas.

Um dos processos é relacionado à venda da empresa Fábrica de Grampos Aço, de São Paulo. O contrato foi firmado através de uma empresa de Camila e Sidnei, chamada Gitan Incorporação e Construção. Na



Sidnei Piva, Camila Valdivia e Milton Rodrigues apresentaram novos investimentos para a Viação Itapemirim

ação, os ex-donos Fabio Fabris e Leo Marconi afirmam que os atuais donos da Itapemirim efetuariam o pagamento de passivo trabalhista, fornecedores, impostos e dívidas bancárias. No entanto, eles alegaram que as obrigações não foram honradas e que Fabio e Leo estariam recebendo intimações e citações.

Na ação, de 2016, disseram também que o maqui-

nário da empresa havia sido transferido para outra empresa de Camila e Sidnei, a Matrizaria e Estamparia Morillo. Atualmente, a Fábrica e a Morillo estão em nome do mesmo sócio: Geraldo Magela Teixeira da Silva.

Outro processo que recai contra Sidnei é uma condenação de 2013 a pagamento de indenização por danos morais de R\$ 7 mil a José Leonardo Nunes, também

em São Paulo. Nunes afirma que descobriu que teve uma empresa aberta em seu nome quando foi fazer uma compra e estava negativo. Ele afirma que sua assinatura foi falsificada por Sidnei e por José Carlos de Souza. Houve apelação, ainda sem resultado.

Sidnei e Camila também compraram a empresa de transporte Transbrasiliana, de Goiás, junto com o em-

presário Milton Rodrigues Junior, que também é colaborador na Itapemirim. Ele, inclusive, esteve presente em coletiva dos sócios para anunciar investimentos, em abril deste ano.

O administrador judicial da empresa, Luis Claudio Montoro Mendes, diz em um relatório que concordou com a venda das cotas aos sócios da Itapemirim. Em outro relatório, diz que viu

algumas suspeitas, como o pagamento de R\$ 267 mil em nota fiscal à empresa Delta X, a título de prestação de serviços que, segundo o relatório, não especifica justa de trabalho.

Na Justiça do Trabalho Camila e Sidnei responderam a mais de 100 processos relacionados a suas empresas. Já na Justiça de São Paulo são mais de 50 ações, várias relacionadas à execução extrajudicial ou fiscal, ou seja cobranças. Em alguns dos processos, há decisões em que consta que não foram realizados bens em nome do réus a serem executados.

Em relação a execuções fiscais, um dos maiores processos é do município de Barueri (SP), que cobra R\$ 30 milhões em tributos da Procarta Serviços, de propriedade dos atuais sócios da Itapemirim. Na ação, deste ano, a prefeitura diz que causou estranheza "o fato de uma empresa do porte da prefeitura possuir ativos financeiros em suas contas bancárias para que se pudesse efetuar a penhora on-line".

Pedido de restrição de venda de veículos

O administrador judicial da Transbrasiliana, Luis Claudio Montoro Mendes, pede, em seu relatório à Justiça, restrição de venda aos veículos da empresa. A empresa está em recuperação judicial e foi comprada por Camila Valdivia e Sidnei Piva em janeiro.

Isso porque, segundo ele, de 26 ônibus comprados pela Transbrasiliana, em fevereiro de 2017, pelo menos quatro estavam na garagem da Itapemirim. A justificativa é que isso pode prejudicar o pagamento de credores da Transbrasiliana.

Além disso, o administrador afirma que há "confusão" entre a Tran-

brasiliana e a Itapemirim, já que são usados a mesma identidade visual nos ônibus, os mesmos guichês, garagens e abastecimento dos veículos nas bases da Itapemirim.

VALORES

Segundo o administrador, a Fábrica de Grampos Aço foi uma das empresas que recebeu valores – R\$ 645 mil – da venda de um dos imóveis do grupo da Transbrasiliana. Mendes diz também que, segundo o Sindicato dos Rodoviários de Marabá, no Pará, havia funcionários em férias sem receber verbas trabalhistas, segundo relatório de fevereiro.

Parceria é questionada por família

Durante uma coletiva para apresentar investimentos, o empresário Milton Rodrigues Junior apareceu ao lado de Camila Valdivia e Sidnei Piva, o que despertou a desconfiança nos ex-donos da Itapemirim, que o acusam de ser um sócio oculto.

Milton Rodrigues é dono de 14 empresas em Santa Catarina, Rondônia, Goiás, Espírito Santo e São Paulo. Ele não é sócio da Itapemirim, mas tem uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída em fevereiro deste ano com Camila e Sidnei, com endereço registrado na sede da Viação Itapemirim, em Cachoeiro.

O OUTRO LADO

Grupo diz que débitos são pagos

Por e-mail, os sócios da Itapemirim, Camila Valdivia e Sidnei Piva, esclareceram as acusações. Segundo eles, sobre os processos a que os dois respondem, "o número é considerado ínfimo quando comparado aos processos herdados pelo Grupo Itapemirim" e que "todos os débitos das empresas estão sendo devidamente pagos através de acordos". Já em relação à Matrizaria Morillo e à Fábrica de Grampos Aço, eles informam que "essas empresas não fazem mais parte do grupo

empresarial". Sobre o conflito com Fabio Fabris e Leo Marconi, eles dizem se tratar "do pagamento mais o esclarecimento do valor no importe de R\$ 4.000.000 em duplicatas frias emitidas pelos antigos sócios e descontadas em banco. A matéria está sob júdice e, sendo reconhecida a compensação, veremos quem deve a quem". A Viação Itapemirim também destaca que Milton Rodrigues não é sócio da empresa. Mas, "como ele possui experiência no ramo, atua como colaborador na área operacional da empre-

sa". Ainda afirma que "a SPE foi constituída para tentar canalizar investimentos". Em relação ao processo de danos morais contra Sidnei, informam não se tratar dele, mas possivelmente de um homônimo. Já sobre o débito com a Prefeitura de Barueri, os sócios afirmam ser dos antigos donos da empresa e que já foi parcelados. Por fim, informam que as dúvidas da administração judicial da Transbrasiliana foram esclarecidas, "de tal maneira que não existe nenhuma dúvida quanto à lisura dos atos praticados na gestão".

DROGAS

INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA SOLUÇÃO OU MAIS PROBLEMA?



Em São Paulo, usuários foram internados à força

Medida para retirar usuários de drogas das ruas é polêmica

▲ **MAÍRA MENDONÇA**
mmendonca@redgazeta.com.br

Eles estão pelas ruas, nas esquinas, dormindo sob marquises e pontes. À medida que os usuários de drogas ocupam os mais diversos cenários – desde as periferias até as áreas nobres –, a dependência química surge como um problema de saúde pública que exige ações inadiáveis. Enquanto cidades de todo o Brasil ainda buscam uma solução para o problema, a discussão em torno do papel e das medidas a serem tomadas pelo poder público ainda gera discussões. E no eixo central da polêmica está a internação compulsória.

Durou pouco a tentativa do prefeito de São Paulo, João Dória, de obter autorização judicial para apreender pessoas na região da Cracolândia, a fim de fazer avaliações individuais sobre a possibilidade de internações compulsórias.

A ação chegou a ser aprovada em primeira instância, mas no final de maio o Tribunal de Justiça julgou extinto o processo em que o pedido foi feito, por considerar a prefeitura parte ilegítima na ação civil pública original, que na verdade discutia a atuação da Polícia Militar em outra operação. O plano não foi à frente, mas deu fôlego ao debate sobre o tema.

INEFICIÊNCIA

“As estatísticas mostram que a internação compulsória não é a maneira mais eficiente de se lidar com o problema do vício”

ELDA BUSSINGER
PROFESSORA DA FDV

Vigente desde 2001, a Lei 10.216, que dispõe sobre a proteção e os direitos dos portadores de transtornos mentais, estabelece que qualquer internação só deve ocorrer após todos os recur-

sos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes. Mas, para o professor da Faculdade de Direito de Vitória (FDV), Thiago Fabres de Carvalho, a internação compulsória (que é determinada pela Justiça, sem o consentimento do paciente), vem sendo frequentemente requisitada como primeira alternativa para o tratamento de dependentes, quando deveria ser a última.

“A internação compulsória deve ser usada apenas em situações-limite, quando o dependente oferece risco para si ou para outros. Mas vemos que hoje a internação é o reflexo, no plano da Saúde, de um modelo militari-

zado de combate às drogas. É um modelo de confronto, de enfrentamento e não focado na redução de danos, com a disponibilização de psicólogos, enfermeiros, médicos, assistentes sociais e outros”, reflete Fabres.

A coordenadora do doutorado da FDV, Elda Bussinger, ressalta também o caráter individual dos pedidos de internação provisória feitos à Justiça, seja pelas famílias ou pelo poder público. Sendo assim, as situações devem ser avaliadas individualmente, não cabendo providências de apreensão coletiva como a que foi cogitada em São Paulo. Para Elda, ao invés de resolver o

problema, tal situação configura-se como um modo de limpar os espaços.

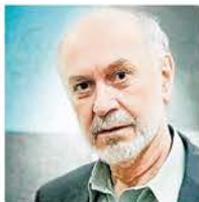
“Essas medidas são inócuas e com intencionalidade claramente higienista. Têm por objetivo limpar a cidade daqueles que são considerados indesejados e que enfleam o logradouro público. A Constituição garante o Direito à saúde e à uma vida digna e é nesse sentido que precisamos pensar em Políticas Públicas”, defende.

Para a professora, a internação pode atender aos interesses de comunidades terapêuticas e de clínicas privadas, às quais são destinados os recursos do Estado para a internação. “Precisa-

A FAVOR

“A INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA É A ÚNICA FORMA VIÁVEL”

José Nazar
Médico, psiquiatra, psicanalista



“O sujeito dependente, que já se deixou estar em uma cracolândia, entregou os pontos, é como se pedisse: socorro, me ajudem! Essas pessoas não têm condições subjetivas e psíquicas de acreditar na existência de uma vi-

da diferente dessa. Há ainda que se dizer que o que mantém as cracolândias é a circulação da droga e para isso é preciso dinheiro. Surgem então problemas como a prostituição infanto-juvenil e a

gravidez precoce. Por isso, a internação compulsória é a única alternativa viável para essas pessoas. É a única forma possível de elas se separarem do objeto do vício e experimentarem a síndrome da abstinência, que é o que sinaliza se o sujeito tem ou não capacidade de seguir por uma vida diferente. Mas tudo isso depende de um trabalho de meses, anos, envolvendo, principalmente, o trabalho psiquiátrico, pois se tratam de doenças mentais.”

CONTRA

“A INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA SE TORNA UMA VIOLÊNCIA”

Bruna Quintanilha
Psicóloga



“Por ir contra o desejo da pessoa, muitas vezes ocorrendo via determinação judicial, a internação compulsória se torna uma violência, pois a isola do convívio social. Quando ela retorna para casa, muitas vezes se re-

encontra com as questões que impulsionavam sua dependência e há grandes chances de recaída. Isso aumenta o sofrimento da pessoa, que se sente incapaz, e o da família, que se frustra. Por isso, é importante

que o cuidado seja feito na rede de saúde do lugar que ela vive. Quando a pessoa corre risco de vida pode haver internação, mas esta deve ser pontual e com avaliação de equipe interdisciplinar, em hospitais gerais ou Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que ofertam esta possibilidade. É preciso ser ofertado pelo Estado mais serviços da rede com essa possibilidade, preferencialmente, em CAPS ou mesmo leitos em hospitais gerais.”



Usuário de crack: internação apenas em caso de vulnerabilidade

mos questionar os resultados. As estatísticas mostram que a internação compulsória não é a maneira mais eficiente de se lidar com o problema do vício. Especialistas da ONU e da OMS (Organização Mundial de Saúde) não recomendam esse tipo de medida", reforça.

A coordenadora da Comissão de Dependência Química da Associação Brasileira de Psiquiatria, Ana Cecília Marques, defende a internação compulsória apenas nos casos de extrema vulnerabilidade, em que o indivíduo perdeu os vínculos familiares e vive nas ruas, ou quando o dependente cometeu crimes. Deve-se, ain-

da, pensar em estruturas de retaguarda, que incluem estudos sobre o número de leitos disponíveis em clínicas e hospitais e a busca pelo contato com as famílias.

Ana Cecília, que participou da elaboração da Lei de Políticas Públicas sobre Drogas, vigente desde 2005, afirma que desde sua criação pouco foi colocado em prática, desde ações de prevenção até o fortalecimento da rede de atenção básica, além de ações de segurança e controle de oferta. "É preciso que haja integração dos poderes. Justiça, Saúde, Assistência Social, Segurança, todos devem trabalhar juntos", pontua.

Mais de R\$ 33 milhões em gastos com usuários

▲ Somente em 2016, a Secretaria de Estado de Saúde (Sesa) recebeu 1.096 ordens judiciais para a providência de leitos hospitalares destinados a pessoas com transtornos mentais e dependentes químicos. A conta final é um gasto de R\$ 33.799.669,63.

Para a defensora pública Geana Cruz, tamanho investimento traria mais benefícios caso fosse utilizado no fortalecimento das estruturas ambulatoriais, como as unidades básicas de saúde e o Centro de Atenção Psicossocial (Caps), que ainda são insuficientes para a demanda.

"Isso é grave porque a maioria das internações não dá resultados. Investir na rede ambulatorial evitaria que chegássemos ao extremo de ter que internar pessoas", explica.

Pensando nisso, desde o ano passado a Defensoria de Órfãos, Sucessões e Proteção à Pessoa com Transtorno Mental criou um programa piloto para o rastreamento das internações. Devido a um trabalho feito em parceria com a prefeitura do município, o pedido de internação das famílias só é encaminhado à Justiça quando preenche os requisitos legais, a exemplo de um laudo de autorização. "Com isso conseguimos reduzir a demanda em 30% de 2015 para 2016", diz Geana.

ANÁLISE

"Agem no efeito e não nas causas"

▲ Dependência química é uma questão social e seu enfrentamento deve envolver as diversas instituições e a sociedade civil. As famílias não podem ficar à margem, pois necessitam de atendimento para lidar com a situação e repensar suas ações. Medidas compulsórias agem no efeito e não se atem às causas do processo, além de serem imediatistas. Em geral, aplicam os mesmos procedimentos para todos, não considerando as singularidades dos sujeitos.

Ações compulsórias só são válidas quando o indivíduo oferece risco para si ou para outros, mas não devem ser a regra. Estudos demonstram que, sem políticas que contemplem os complexos contornos do problema, incluindo a concordância dos pacientes, a reincidência é recorrente. Os conflitos relacionados às drogas (lícitas e ilícitas) demandam políticas públicas e projetos terapêuticos multidisciplinares para sejam eficazes.

— MARIA ANGELA ROSA SOARES
SOCIÓLOGA, PROFESSORA DA UUV

CONHEÇA AS FORMAS DE TRATAMENTO

INTERNAÇÕES

TIPOS PREVISTOS EM LEI

- ▼ **Voluntária**
Tem o consentimento do usuário
- ▼ **Involuntária**
Ocorre sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiros
- ▼ **Compulsória**
Aquele determinada pela Justiça, na qual o Estado é obrigado a pagar pelo custo dos leitos

O QUE DIZ A LEI

- ▼ **Último recurso**
De acordo com a lei

federal 10.216/2001, a internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes

- ▼ **Socialização**
O tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio
- ▼ **Multidisciplinaridade**
A assistência aos portadores de transtornos mentais, inclui serviços

médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, etc.

- ▼ **Comprovação**
A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico
- ▼ **Comunicação**
A internação involuntária, bem como a alta, devem ser avisadas ao Ministério Público em até 72 horas pelo estabelecimento no qual tenha ocorrido

- ▼ **Término**
O término da internação involuntária deve ser feito por solicitação escrita do familiar ou responsável legal ou quando estabelecido pelo especialista
- ▼ **Direitos**
Os familiares também têm direito à serem informados acerca do tratamento do paciente e à promover visitas

TRATAMENTO ONDE BUSCAR

- ▼ **Unidades Básicas**
Para o tratamento de

pacientes com transtornos mentais, inclusive por álcool e outras drogas, é a Unidade Básica de Saúde (UBS), onde os pacientes devem ser acompanhados

- ▼ **CAPS**
Os casos graves são encaminhados para os Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS). Os Centros Regionais de Especialidades (CREs), de gestão estadual, oferecem consultas com médicos psiquiatras
- ▼ **Internação**
Para internação de curta

permanência (de dois a três meses), o Espírito Santo conta com 35 leitos no Centro de Atendimento Psiquiátrico Dr. Aristides Alexandre Campos (CAPAAC), em Cachoeiro de Itapemirim; e 40 leitos no Hospital Estadual de Atenção Clínica (HEAC), em Cariacica. Além desses, há outros 12 leitos credenciados, no Sul do Estado, em hospitais filantrópicos e em um hospital da rede estadual. O objetivo é estabilizar o paciente

DROGAS

RECUPERAÇÃO

Acolhimento dos viciados é a melhor opção, dizem prefeitos

Administradores municipais ressaltam que internação deve ser a última alternativa

MAÍRA MENDONÇA

Para os prefeitos da Grande Vitória, a internação compulsória não é a melhor alternativa para tratar dependentes químicos. Eles defendem o acolhimento como o modo mais eficaz de recuperação.

Em Vila Velha, onde o ex-prefeito Rodney Miranda sinalizou - mas não levou à frente - no início de sua gestão a intenção de conseguir na Justiça a autorização para internações compulsórias, além da construção de um abrigo para receber os dependentes e da formação de parcerias para a criação do programa -, o atual prefeito Max Filho não discorda que em certos casos a internação é necessária, mas pondera que o foco de sua gestão é expandir o serviço de saúde pública. Ele pretende construir um Centro de Atenção Psicossocial para a população infantil.

"Não descartamos trabalhar também com uma residência de longa permanência para a recuperação em parceria com a iniciativa privada, ONGs e entidades especializadas. Cada caso é um caso e a autoridade judicial pode examiná-los", diz.

Já em Vitória, Luciano Rezende destaca que o trabalho da prefeitura, através



Dependentes químicos se juntam para fumar crack em área próxima à Terceira Ponte, em Vitória

FERNANDO MADEIRA - 22/06/2015

PROPOSTAS



"Trabalhamos o acolhimento às pessoas em situação de rua objetivando sua reinserção na família e comunidade. Muitos já estão empregados e voltando a viver com dignidade"

LUCIANO REZENDE
PREFEITO DE VITÓRIA



"Não concordo com a internação compulsória, pois os dependentes químicos são indivíduos com histórias distintas e que não podem ser tratados de maneira uniforme"

JUNINHO
PREFEITO DE CARIACICA



"Temos que ir na base do convencimento, do diálogo e do envolvimento das famílias para a conscientização. Sabemos que para a pessoa mudar ela tem que querer primeiro"

AUDIFAX BARCELOS
PREFEITO DA SERRA



"Não descarto a internação, mas acho que não é a solução para um problema tão complexo. Temos que cuidar de uma política pública que seja acessível para toda a população"

MAX FILHO
PREFEITO DE VILA VELHA

do programa "Escola da Vida/Onde anda você?" é buscar a reinserção familiar e o retorno ao mercado de trabalho dos usuários e de pessoas em situação de rua. O foco é promover ações intersectoriais, envolvendo políticas de saúde, assistência, trabalho e geração de renda.

"No início do primeiro governo, em 2013, eram 732 pessoas em situação de rua em Vitória. Este mês registramos 241. Um resultado permanente, que já dura quatro anos e meio, de 65 a 70% de acolhimento", diz.

Do mesmo modo, o prefeito da Serra, Audifax Barcelos, acredita que a chave para tratar o problema esteja na melhoria da abordagem e na oferta de oportunidades. Além de contar com o Centro Pop - especializado no atendimento de pessoas em situação de rua -, ele ressaltou a inauguração do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil, em Morada de Laranjeiras, em julho.

Em Cariacica, a referência para os dependentes é o Programa de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, que presta auxílio quando o usuário o busca espontaneamente. "Não concordo com a internação compulsória, pois são indivíduos com histórias distintas que não podem ser tratados de maneira uniforme. É um trabalho que deve envolver Assistência Social, Saúde e Segurança", diz o prefeito Juninho.

UM MÊS DE MOVIMENTAÇÃO

Polícia faz vitória para desocupar IAPI

Objetivo é executar reintegração de posse sem causar dano físico aos ocupantes

de **CAÍQUE VERLI**
cvsousa@redgazeta.com.br

Mais de um mês após o início da ocupação do prédio do antigo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) por famílias em busca de moradia, a Polícia Militar foi ao local para fazer uma vistoria e se prepara para a reintegração de posse.

As famílias que ocupam o edifício, no Centro de Vitória, resistem a deixar o local, mesmo com a decisão da Justiça que determina a desocupação do espaço.

A liminar da 2ª instância da Justiça Federal está

valendo desde o dia 29 de maio. A PPM e um oficial de Justiça estiveram no prédio para avaliar como poderia ser feito o uso da tropa sem causar dano físico aos ocupantes caso os manifestantes não aceitem sair do IAPI. A data para retirar o grupo ainda não foi definida.

Na visita, os policiais entraram no prédio, tiraram fotos da antiga sede do IAPI e conversaram com os manifestantes. Como o prédio é vertical e há crianças, idosos e deficientes entre os ocupantes, a retirada dos manifestantes exige cuidado redobrado, segundo a Polícia Militar.

FAMÍLIAS

O representante das 156 famílias que estão

POSIÇÃO

“Nunca entramos em conflito com ninguém. Sempre buscamos meios jurídicos e legais”

THIAGO DE ALMEIDA
COORDENADOR DO MNLN

156

famílias

É a quantidade que ocupa o prédio em busca de moradia, no Centro.

no edifício, Tiago de Almeida, um dos coordenadores do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), disse



CARLOS ALBERTO SILVA - 06/05/2017

Famílias estão no prédio do antigo IAPI, no Centro, desde o início de maio

que o grupo foi notificado da liminar, mas que não vai sair do prédio. O movimento já recorreu contra a decisão da Justiça que exige a desocupação do local.

“Nunca entramos em conflito com ninguém. Sempre buscamos meios jurídicos e legais, sempre na conversa. Mas a gente entende que se essas famílias saírem da-

qui, elas vão para onde? Vão para a (Praça) Costa Pereira? Então a gente vai resistir. A gente não tem possibilidade, não tem como sair do prédio”, declarou.

O grupo ocupou o Edifício Getúlio Vargas, prédio onde funcionava a sede do antigo IAPI na noite do dia 6 de maio. No dia 31, a iluminação e a água do local foram cor-

tadas, mas os moradores voltaram a religá-las clandestinamente.

Antes de ocuparem o IAPI, os manifestantes já haviam ocupado uma área particular conhecida como “Fazendinha”, que fica entre os bairros Grande Vitória e Universitário, na região da Grande São Pedro, no final de março. Eles foram retirados de lá no final de abril.



O QUE ELES DIZEM



“Minha posição é que continuem as investigações, mas precisará passar pelo partido. Tem que esperar amadurecer”

CARLOS MANATO (SDD)
DEPUTADO FEDERAL



“Temer não está conseguindo se explicar, só nega e se omite. Se ele não nos convencer, vou usar o rigor da lei”

EVAIR DE MELO (PV)
DEPUTADO FEDERAL



“A denúncia é consistente, aponta a prática de crimes graves no exercício do cargo de presidente, e tem várias provas”

GIVALDO VIEIRA (PT)
DEPUTADO FEDERAL



“Temos que conhecer o teor da denúncia para avaliar. Vamos seguir o rito do regimento. Isso ainda não entrou em pauta”

MARCUS VICENTE (PP)
DEPUTADO FEDERAL

AINDA NÃO APRESENTADA

Capixabas divergem sobre denúncia contra presidente

Parte dos deputados é favorável que Temer seja processado, outros adotam cautela

de **NATALIA DEVENS**
ncosta@redegazeta.com.br

Em algumas semanas, deve estar novamente nas mãos da Câmara a decisão de aprovar abertura de processo contra um presidente da República. Entretanto, desta vez não será por impeachment, e sim pelos crimes de corrupção passiva, obstrução de Justiça e participação em organização criminosa, referente à denúncia a ser apresentada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra Michel Temer (PMDB).

Entre os deputados da bancada capixaba, contudo, a questão ainda não está fechada. Enquanto uma parcela é favorável que Temer seja processado, pelos fatos já tornados públicos com base nas delações da JBS, outros preferem ter cautela, e avaliar, primeiramente, os fatos que aparecerão na denúncia da PGR.

A Constituição determina que para que o Supremo Tribunal Federal (STF) possa iniciar o processo, haja a autorização



Plenário da Câmara: denúncia passará por deputados

de dois terços da Câmara dos Deputados, ou seja, 342 dos 513.

“Esperamos que o presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ), mesmo sendo aliado de Temer, siga o rito normal. Mas desde já, me posiciono contrário ao comportamento do presidente, que não tem defesa. Se chegar a plenário, certamente todo o PSB votará para dar seguimento ao processo”, afirmou o deputado Paulo Foletto (PSB).

FUNÇÃO

Na última sexta, Maia afirmou que seu papel, como presidente, neste caso, é “meramente burocrático”. “O que manda a lei é que num prazo de duas sessões eu encaminhe para a Comissão de Constituição e Justiça, que terá prazo automático para a indicação de um relator, a defesa teria dez dias para apresentar sua defesa e o relator teria mais cinco sessões para apresentar o

seu voto. Depois da CCJ votar, vai a plenário. É um processo parecido com o de impedimento, a única diferença é que passa pela CCJ”, disse.

O deputado Evair de Melo (PV) também será um dos votos desfavoráveis a Temer. “No Brasil, temos que parar de ser convenientes com o crime quando ele nos interessa. A lei tem que começar a valer para todos. O que estou percebendo é que ele não está conseguindo se explicar sobre a denúncia de Janot, só nega e se omite. É um ato de covardia. Se ele não der explicações razoáveis, que nos convençam, vou usar o rigor da lei, não vou ser conveniente”, frisou.

Já o líder da bancada capixaba, Marcus Vicente (PP), prefere conhecer primeiro o teor das acusações. “A princípio, não podemos analisar somente pela política. O tema ainda não entrou em pauta, não foi conversado com a base aliada”, declarou.

Norma Ayub (DEM) também defende que a análise não seja política. “O país está passando por um momento difícil, mas vou atuar em conformidade com a lei”, disse.

O QUE ELES DIZEM



“Primeiro eu gostaria de conhecer o processo para tomar uma decisão. Meu voto não será político, vou atuar de acordo com a lei”

NORMA AYUB (DEM)
DEPUTADA FEDERAL



“O que Temer fez não condiz com a conduta de alguém que é representante do nosso país. Não tem defesa”

PAULO FOLETTI (PSB)
DEPUTADO FEDERAL

“Brasil nunca precisou tanto do PT”, diz Lula

de O ex-presidente Lula (PT) ironizou o conteúdo das delações premiadas e disse que os parlamentares do PT devem rebater as acusações de caixa 2 na Operação Lava Jato.

Durante posse de Luiz Marinho como presidente do PT de São Paulo, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), ontem, Lula ainda afirmou que os tucanos sumiram depois de serem alvo de acusações. O ex-presidente disse ainda que “nunca o Brasil precisou tanto do PT como está precisando agora”.

Após discursarem no evento, petistas acusaram o Tri-

bunal Superior Eleitoral (TSE) de proteger o presidente Michel Temer (PMDB) no julgamento da chapa, na sexta-feira. A presidente do PT, senadora Gleisi Hoffmann, criticou o julgamento do tribunal. “O TSE mudou sua interpretação para salvar o Temer”.

O ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad seguiu na mesma linha: “É importante sublinhar que certamente se não tivesse ocorrido o impeachment (da ex-presidente Dilma Rousseff), o resultado do julgamento seria outro”.

Já Lula não falou sobre o assunto em seu discurs-



Gleisi Hoffmann criticou o julgamento do tribunal

so. Na saída, ao ser questionado sobre o tema, respondeu: “Quem sou eu para dar palpite numa decisão judicial?” Lula, no entanto, disse que “o Bra-

sil está precisando do PT”. “Nunca o Brasil precisou tanto do PT como está precisando agora. Nós sabemos como fazer a economia crescer, como criar

emprego”, afirmou o petista, pedindo que seus correligionários mostrem à população as realizações das administrações do partido. “Haverá um dia que a gente vai se dar conta do que foi o PT.”

BRINCADEIRA

Em tom de brincadeira, Lula afirmou que pensa em procurar o juiz Sérgio Moro para fazer uma delação premiada para ficar com metade dos 82 milhões de dólares que o empresário Joesley Batista disse ter reservado para o petista usar em campanhas. (AG)

SONHOS INTERROMPIDOS APÓS BATIDA EM RODOVIA

Motorista embriagado matou estudante e deixou três feridos

▲ BEATRIZ CALIMAN
▲ GEIZY GOMES
▲ ELIS CARVALHO

Quatro jovens tiveram seus incontáveis sonhos interrompidos, na madrugada do último domingo, quando foram atingidos por um motorista embriagado em Cachoeiro de Itapemirim, Sul do Estado.

O acidente aconteceu na BR 482, na altura do bairro BNH, às 5h50. O tatuador Matheus Aguiar Nascimento, 22 anos, estava com a universitária Juliana Vasconcelos Cypriano, 25, em uma moto Honda Fazer 150, e outros dois amigos, o estudante Gabriel Abrantes e a professora de balé Ludmyla Schaydegger, 26, seguiam em um Honda CG 150 pela rodovia.

Eles estavam de moto, voltando de um show na localidade de Morro Grande, quando foram atingidos pelo Siena cinza conduzido por Paulo Sérgio Lopes Barroso, 44 anos. Ele não parou para prestar socorro, mas acabou preso.

Segundo a Polícia Militar, o motorista do Siena invadiu a contramão e atingiu as motos dos jovens.

Juliana chegou a ser socorrida pelo Corpo de Bombeiros para a Santa Casa de Misericórdia, mas não resistiu aos ferimentos e morreu. Matheus permaneceu internado após passar por uma cirurgia e ter parte do pé amputado.

Segundo a unidade, Ludmyla sofreu uma fra-

REVOLTA

“A gente fica revoltado, pois não tem uma punição, não existe nada”

“Ele está preso hoje, mas nada garante que vai continuar. A lei deveria existir com mais rigor”

SÉRGIO CANCELLA
PAI DA PROFESSORA
DE BALÉ LUDMYLA
SCHAYDEGGER

tura no fêmur e na bacia e permanece na UTI. A professora de balé corre o risco de não conseguir volta a exercer suas atividades.

O pai da professora, Sérgio Cancellata, conta que o estado de saúde da filha inspira cuidados especiais. “Além das fraturas, ela teve hemorragia interna. Conseguiram cessar a hemorragia e, após tomografia, ficou constatado que nenhum órgão foi atingido”, disse.

Sérgio contou que a filha começou a fazer balé aos 5 anos de idade e, desde os 16, dá aula em duas academias de Cachoeiro de Itapemirim. “Foi levantada a hipótese dela não poder mais dar aula, mas a nossa principal preocupação agora é a saúde dela.”

Gabriel teve escoriações



Juliana tinha 25 anos e cursava Educação Física

pelo corpo e está em um leito normal do hospital.

SONHO

A família de Juliana aguarda Justiça. Segundo a madrastra, Silvana Altafim, a jovem estava no segundo ano do curso

de Educação Física. O estudo, que era um sonho da jovem, era na modalidade a distância. “Juliana fazia faculdade em uma instituição particular, mas tinha trancado. Ela estava feliz por ter começado”, contou.

Jovem foi arremessada a 20 metros do local

Os pedaços das motos atingidas pelo motorista Paulo Sérgio Lopes Barroso, 44, ficaram na casa do agente penitenciário Vinicius Castelo, que mora perto do local do acidente e foi uma das primeiras pessoas a chegar na rodovia depois da batida.

“Quando eu cheguei, vi a menina agonizando e dois outros rapazes do outro lado, muito machucados”, contou o agente penitenciário.

O impacto da batida foi tão forte que o corpo de Juliana foi lançado a cerca de 20 metros de distância, caindo na pista ao lado da BR-482.

“O motorista estava visivelmente embriagado, muito bêbado, não sabia nem onde estava”, lembrou Vinicius.

O local onde o acidente aconteceu é muito movimentado e nos finais de semana ainda há o movimento de quem participa de festas e eventos na região. Mesmo assim, quem mora no bairro BNH diz que não vê fiscalização suficiente na via.

“Pela avenida ser muito extensa e não conter fiscalização, eles [motoristas] aproveitam. Eu que moro perto sempre escuto os veículos passando em uma velocidade muito alta”, falou Vinicius.

POLÍCIA

A Polícia Militar informou, por meio de nota, que faz operações de trânsito, blitzes da Lei Seca, além dos chamados cercos táticos constantemente na região.



Motos foram para a casa de agente penitenciário

DOR

“A JULIANA ERA UMA MENINA DE OURO”

Silvana Altafim
Madrasta

▲ A universitária Juliana Vasconcelos Cypriano, 25, sonhava em se formar em Educação Física, segundo a madrastra, Silvana Altafim. Na tarde de domingo, centenas de amigos foram até o cemitério para se despedir da jovem.

Como está a família após saber que o motorista permanece preso?

Fiquei sabendo que poderia ser solto. Não acreditei que isso pudesse acontecer. Não há fiança no mundo que pague o que estamos sofrendo.

Como era a Juliana? Juliana era uma menina de ouro. Muito querida por todos. Tanto que em seu velório, no domingo, milhares de jovens foram se despedir dela. Está sendo muito difícil

para nós. Vivemos eu, ela e a mãe por 14 anos. A mãe está sedada e não estamos conseguindo ficar em casa.

Ela e amigos sempre saíam à noite, de moto?

Sempre saía em turma. Eles são jovens que não bebem.

Juliana estava estudando? Ela estava cursando

Educação Física. Chegou a trancar por um tempo, mas agora tinha voltado. Estava solteira e era seu sonho se formar, passear com os amigos e estudar. Estava muito feliz. Era secretária de uma academia da cidade. O trabalho acabava ajudando no curso, como um estágio.

Qual desejo da família neste

momento?

Queremos Justiça. Que ele fique preso. Não dá para acreditar que Juliana se foi. Uma vida inteira pela frente e acabou. Todos os pertences dela estão guardados em seu quarto e está fechado. Não conseguimos nem olhar. Estamos dormindo em outra casa, por enquanto. A dor é muito grande.

MOTORISTA FOI INDICIADO POR EMBRIAGUEZ

Pai acredita que filha vai voltar ao balé

Com bacia e fêmur fraturados, bailarina que sobreviveu a acidente em Cachoeiro precisará de cirurgias e de fisioterapia

Alessandro de Paula
Rafael Louzada

Após sobreviver a um acidente que matou sua amiga e deixou três jovens feridos na madrugada de domingo, em Cachoeiro de Itapemirim, a bailarina Ludmyla Schaydegger Cancellata, 26 anos, tem mais uma batalha pela frente: com a bacia e o fêmur fraturados, ela precisará se submeter a cirurgias e sessões de fisioterapia para voltar a dançar.

"Ela está consciente e com fixadores no quadril e no fêmur. Teve hemorragia, mas os médicos conseguiram estancar o sangue. Não há risco de vida", afirmou o pai, Sérgio Cancellata, após visitar a filha.

A bailarina e professora de dança continua internada Unidade de Terapia Intensiva (UTI) da Santa Casa, para onde foi socorrida logo após o acidente, que ocorreu pouco depois das 5 horas de domingo.

Ludmyla e um grupo de amigos seguiam em duas motos pela ES-482, bairro BNH, quando foram atingidos por um Fiat Siena que, segundo testemunhas, fazia zigue-zague na pista e invadiu a contramão. O motorista, Paulo Sérgio

Lopes Barroso, 44, foi preso depois do acidente e indiciado por embriaguez ao volante.

O condutor da moto, Gabriel Arantes também ficou ferido. O tatuador Matheus Aguiar Nascimento, 22, guiava a outra moto e teve que amputar parte do pé direito. Na garupa dele estava a estudante de Educação Física e recepcionista Juliana Vasconcelos Cypriano, 25, que foi arremessada a 20 metros e morreu logo após ser socorrida.

O grupo havia passado a tarde num festival de tatuagem, organizado por Matheus. À noite, todos foram a um bar. O acidente ocorreu na volta para casa.

Ludmyla e Juliana eram amigas e trabalhavam juntas na mesma academia, no bairro Independência, em Cachoeiro. Juliana atuava como recepcionista, enquanto Ludmyla dava aulas pelo Núcleo Cachoeirense de Dança, que funciona naquele espaço.

"Minha filha faz balé desde os 5 anos de idade e adora dançar. O próximo possível para que ela fique perfeita novamente. Hoje a tecnologia está muito avançada. Creio que dará tudo certo", disse o pai.

Ainda abalado com o acidente, o tio de Ludmyla preferiu não conversar com a imprensa.

“Os médicos disseram que farão o máximo possível para que ela fique perfeita novamente”

Sérgio Cancellata, pai de Ludmyla

Recuperação é possível e pode durar até seis meses

De acordo com o ortopedista e traumatologista Bernardo Terra, a bailarina Ludmyla Schaydegger Cancellata pode demorar de quatro a seis meses para voltar a dançar balé, caso tenha sofrido apenas fratura óssea.

Porém, esse tempo pode variar conforme algumas condições, como a presença de lesões associadas, ou seja, se ela teve, além da fratura óssea, alguma lesão neurológica ou vascular, se foi uma fratura articular e/ou se teve alguma lesão ligamentar ou tendinosa associada.

"O osso tem a característica de regeneração, seu tecido cria um tecido exatamente igual ao que

era antes, diferente dos ligamentos e dos tendões, que criam tecidos cicatriciais, que não têm, às vezes, as mesmas características do tecido original, tanto na elasticidade quanto na flexibilidade", explicou.

Segundo o médico, a parte mais demorada é a reabilitação. "O osso consolida em seis semanas, só que é um osso que precisa ser submetido ao estresse da fisioterapia para adquirir a resistência que tinha antes, porque, como fica um tempo parado, tem a atrofia da musculatura ao redor. Para adquirir todas as propriedades de antes, demora de 3 a 4 meses", afirmou.



LUDMYLA não teve órgãos afetados na batida. Ela é professora de balé e dança desde os 5 anos de idade

Tatuador tem parte do pé direito amputado

Os médicos não conseguiram restaurar totalmente o pé direito do tatuador Matheus Aguiar Nascimento, 22, que teve o membro parcialmente amputado. Ele continua internado na enfermaria Santa Casa.

"Meu irmão aparentemente está se recuperando bem, porém com muitas dores. Infelizmente perdemos parte do pé, mas está conscientemente conversando", ressaltou o irmão do tatuador, o publicitário Wesll Aguiar, 31.

Matheus é o caçula de três irmãos e todos foram criados no lar evangélico. "Meu irmão é muito responsável e não bebe. Nunca vi colocando uma gota de álcool na boca. Ele é uma pessoa muito consciente", ressaltou.

Testemunhas afirmaram que quatro jovens, em duas motos, seguiam no sentido BNH x Cent quando foram surpreendidos por Fiat Siena, que ultrapassou o carro e fazia zigue-zague na pista. Os dois rapazes que conduziam as motos tentaram desviar, mas foram atingidos.

Após atingir os quatro jovens, Fiat Siena foi parar na rua Al Kardec, que fica paralela à rotatória. O carro ficou com a frente totalmente destruída. Testemunhas disseram que o motorista tentou fugir, mas foi preso pela Polícia Militar.



MATHEUS continua internado

Justiça mantém motorista preso

A Justiça decidiu manter preso o motorista responsável por atropelar os quatro jovens. Segundo a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus), Paulo Sérgio Lopes Barroso, 44, passou por audiência de custódia

ontem e permanecerá no Centro de Detenção Provisória (CDP) de Cachoeiro.

O delegado de Infrações Penais Outras (Dipo), Felipe Vivas, disse que Paulo já esteve envolvido em

outro acidente com vítima, no qual responde processo por dirigir sem habilitação e por lesão corporal culposa.

Vivas adiantou que durante a semana vai interrogar o acusado. No domingo, dia do crime, o delegado de plantão não conseguiu colher o depoimento do motorista, que estava muito alterado.

Paulo Sérgio foi indiciado por embriaguez, homicídio culposo e lesão corporal na direção de veículo automotor. Segundo o delegado, não foi arbitrada fiança, pois as penas ultrapassavam juntas os quatro anos de prisão.

A vítima fatal, Juliana Vasconcelos Cypriano, 25, foi sepultada no domingo em Cachoeiro, em clima de tristeza e revolta.



MOTO em que estava Juliana (destaque), que morreu no acidente

GUILHERME FERRARI - 05/08/2015



Morador que teve a casa invadida não acredita que o ladrão ficará preso

“Não podemos continuar reféns”

Para a Associação de Moradores de Jardim da Penha, quem vive no bairro já está cansado de assistir Jilsemar Oliveira Santana, o bandido Homem-Aranha, ser detido e solto logo em seguida.

De acordo com André Luis Alves, coordenador de segurança da Associação

de Moradores, ele não acredita que o criminoso ficará atrás das grades por muito tempo.

“Não acredito que ele irá permanecer preso enquanto não houver um juiz que perceba a gravidade disso tudo. Estou descredenciado com a Justiça”, lamentou.

Ele completou que há vítimas que até hoje fazem tratamento psicológico após ter a casa invadida “Fica a sensação de que justiça é frouxa e a impunidade impera. Sabemos da desigualdade social e do vício no crack, mas não podemos continuar ficando reféns”.

REINCIDÊNCIA DA PRISÃO

“Problema está na lei, que é branda”, diz PM

Capitão afirma que só mudança na Constituição pode manter na cadeia quem é pego roubando

Essa é a terceira vez que Jilsemar Oliveira Santana é preso pela polícia. Nas duas anteriores, ele foi pego em flagrante.

O subcomandante da 12ª Companhia Independente da Polícia Militar, capitão Pimenta, defende que apenas uma mudança na Constituição pode manter na cadeia, de fato, quem é preso roubando.

“A Polícia Militar faz a parte dela, a Polícia Civil e o Judiciário também. Todos cumprimos o que determina o Código Penal. O problema

está na lei, que é branda. Mas, para que algo efetivo aconteça, todas as instâncias tem que pensar igual e exigir uma mudança”, acredita.

Capitão Pimenta ressalta ainda que, mesmo com este “prende e solta” de criminosos, a PM vai continuar agindo e ainda comentou sobre essa questão da reincidência de presos que voltam a cometer crimes.

O professor de direito penal da FDV e advogado criminal, Jovacy Peter, explica que uma pessoa só é considerada reincidente em um crime, quando ela é condenada sem recurso.

“A regra no Brasil é a liberdade. Só se justifica a prisão em duas circuns-

tâncias: para garantir a ordem pública e a segurança. A prisão sucessivas vezes só garante ao preso maus antecedentes. A situação de réu primário só cabe quando um indivíduo não foi condenado pela Justiça”, ressalta.

O professor comenta ainda que a Justiça tem mecanismos que mantêm um assaltante preso, sem ele ainda ter sido condenado. “Existe a possibilidade de uma sentença condenatória, mais rápida. Porém, às vezes, a morosidade da Justiça não permite isso. Com certeza teria um efeito mais eficaz e eficiente para o acusado”, avalia.

Homem-aranha é preso pela 3ª vez

Suspeito de 31 anos foi encontrado por policiais militares quando escalava a fachada de um prédio em Jardim da Penha

Rafael Louzada

Já conhecido no bairro Jardim da Penha, Vitória, por suas aventuras nas fachadas dos prédios, Jilsemar Oliveira Santana, 31 anos, foi preso na madrugada de ontem, pela terceira vez. Ontem, ele foi autuado em flagrante, na 1ª Delegacia Regional, mesmo município, por violação de domicílio e resistência a prisão.

Por volta de 3h da madrugada de ontem ele foi flagrado por um morador enquanto escalava a fachada de um prédio do Condomínio dos Bancários, na rua Eugênio Ramos. O morador chamou a polícia e na hora que o suspeito estava cortando, com uma tesoura, a tela de um apartamento, foi surpreendido pelos militares.

Os PMs relataram que ele ainda

tentou resistir à prisão.

Agora, além da prisão em flagrante, o "homem-aranha de Jardim da Penha" também deverá responder por seis furtos qualificados, dos quais ele é suspeito. Todos teriam acontecido a partir de março desse ano, sempre em prédios do bairro. Esta é a informação do delegado Isaias Tadeu, titular do Distrito Policial de Goiabeiras.

Segundo o delegado, o acusado confessou todos os seis crimes e vai ser indiciado por furto em cada um deles.

Essa foi a terceira vez que Jilsemar foi preso em Jardim da Penha. As outras foram em 30 de agosto de 2015 e 28 de maio de 2016. O "homem-aranha" estava solto desde outubro do ano passado. Na tarde de ontem, cinco vítimas do acusado compareceram à delegacia de Goiabeiras para registrar queixa.

Em entrevista, Jilsemar revelou que apesar de suas escaladas, ele tem medo de altura e só consegue fazer isso quando está na fissura pelo crack, droga que ele alega ser viciado desde os 14 anos de idade. Ele também contou que já machucou os dois punhos em uma de suas empreitadas.



JILSEMAR OLIVEIRA SANTANA confessou crimes e disse que roubava por causa do crack

Fruto de roubo trocado por drogas

De acordo com a polícia, todos os objetos furtados por Jilsemar Oliveira Santana, apontado como o "homem-aranha de Jardim da Penha", eram trocados por drogas em bocas de fumo.

O acusado confirma e revela que é dependente químico: "Eu não consigo parar de fumar crack".

De acordo com o coordenador de segurança da Associação de Moradores de Jardim da Penha,

André Luis Alves, o suspeito já estava sendo monitorado.

"Temos vídeo dele roubando bicicleta e agora esperamos juntar todos os casos com esse flagrante para que ele fique preso. Estamos até enviando mensagens para a ouvidoria do Tribunal de Justiça", contou André Luis Alves.

Um dos fatores que contribui para que o acusado de invadir prédios em Jardim da Penha volte em

pouco tempo para as ruas é o fato de ele só perder os benefícios de réu primário depois que o processo transitar em julgado. Isso demora em média oito anos, segundo explicou o advogado criminalista Rivelino Amaral.

"Ele só perdeu os bons antecedentes e não a primariedade. Tem que transitar em julgado, o que demora em média oito anos", disse o advogado.

OPINIÃO



ACERVO PESSOAL

“O juiz leva em consideração a necessidade de a pessoa ficar presa. No Brasil prevalece a presunção da inocência, a regra é a liberdade, a prisão é exceção, só em casos excepcionais”

Rivelino Amaral, advogado criminalista

PAÍS EM CRISE



FUX AFIRMA QUE VOTARIA POR CASSAR CHAPA NO STF

Ministro criticou exclusão das delações pelos colegas no TSE

SÃO PAULO

◀ O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luiz Fux, afirmou ontem que, caso as denúncias contra o presidente Michel Temer (PMDB) alcancem o STF, seu voto permaneceria o mesmo.

Foi a primeira aparição do ministro desde o julgamento da chapa Dilma-Temer, na última semana. Fux apresentou um dos três votos favoráveis à cassação da chapa, embora ela tenha sido absolvida pelo tribunal por 4 votos a 3.

“Estou convencido de que votei da melhor forma. Se hoje o STF me submetesse à mesma questão, julgaria da mesma maneira”, declarou em evento realizado em São Paulo, promovido pela Consulting House, que contou com a presença de diversos empresários.

Apesar da absolvição da chapa, o ministro afirmou que o resultado do julgamento foi “ótimo” e destacou a pluralidade nos votos dos juízes presentes. No entanto, destacou que o seu próprio voto não levou em consideração “ vaidades ” da Corte.

“Não disputei vaidades. Pensei no que é melhor para o Brasil”, afirmou.

Mesmo elogioso, Fux criticou a exclusão de delações nos votos dos ministros – que incluem depoimentos de executivos da Odebrecht e dos mar-

VOTAÇÃO NO TSE

“Estou convencido de que votei da melhor forma. Se hoje o STF me submetesse à mesma questão, julgaria da mesma maneira”

“Não disputei vaidades. Pensei no que é melhor para o Brasil”

LUÍZ FUX
MINISTRO DO STF E
VICE-PRESIDENTE DO TSE

Rede quer anulação do julgamento

◀ A Rede Sustentabilidade apresentou ontem uma reclamação ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a anulação do julgamento da chapa Dilma-Temer pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O partido pede que o STF decida por um novo julgamento, mas, desta vez, “considerando as provas colhidas em depoimentos prestados pelos executivos da empreiteira Odebrecht”. A Rede ainda pede que o processo no TSE seja suspenso até que o pedido seja julgado pelo Plenário do STF.

queteiros João Santana e Mônica Moura.

“Eu não consegui me curvar à ideia de que se estava discutindo uma questão de fundo seríssima, e se estava utilizando um artifício dizendo ‘não, não, isso não estava na ação’”, disse, referindo-se à inclusão dos depoimentos este ano.

Fux fez ainda uma crítica ao sistema que supostamente sobrecarrega o Judiciário, afirmando que as questões polêmicas são repassadas pelo Parlamento pelo medo de envolvimento de seus representantes.

INVESTIGAÇÃO

Indagado sobre supostas investigações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) ao ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato, a pedido do presidente, o ministro elogiou a nota oficial da presidente do STF, Cármen Lúcia, sobre o caso, embora tenha chamado a ministra de “presidente da República” em ato falho.

“Não verifiquei nenhuma pressão governamental antes do julgamento. O que entendo como atitude institucional independente, porque é inaceitável um Poder que queira achar o outro, foi a nota da presidente da República. Porque o governo utilizar o seu aparato para suposta perseguição a juízes é um caso notório de ilícito, quando nada uma improbidade”, disse. (AG)



O ministro Luiz Fux votou a favor da cassação da chapa Dilma-Temer no TSE



Gilmar diz que papel do juiz, muitas vezes, desagrada

Gilmar Mendes sai em defesa de julgamento

◀ O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes saiu em defesa da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que, na semana passada, absolveu Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB) da acusação de abuso de poder econômico, mantendo o atual presidente no cargo.

Em entrevista ao jornal “Folha de S. Paulo”, publicada ontem, o presidente do TSE afirmou que o papel dos juízes é “muitas vezes decidir de forma contramajoritária e desagradar tanto a chamada ‘vox populi’ quanto a voz da mídia”.

Caso contrário, diz, seria melhor acabar com a Justiça “e criar um sistema

“Big Brother” para ouvir o povo e a imprensa.

Ao ser questionado sobre o motivo de o Judiciário não ter se preocupado com o mandato popular no impeachment de Dilma, Gilmar afirmou que o problema da petista não era jurídico e, sim, de apoio no Congresso. “O que havia desta vez, por parte de grupos de mi-

dia, de setores da própria política, era o propósito de usar o TSE para solucionar a crise, cassando o mandato do Temer. E jogando o país numa outra crise”, disse o ministro, sobre a diferença dos dois processos.

Ele destacou ainda que o fato de ser crítico ao PT nunca o levou a julgar de maneira diferente.

Roberto Garcia Simões

É professor da Ufes e especialista em políticas públicas
E-mail: roberto.simo@ufes.br

/// Diante das salientes dissonâncias e disputas na Lava Jato, um julgamento no STF da absolvição da corrupção eleitoral descortinaria o que prevalecerá nas altas Cortes

Politização da Justiça?

Entrelaçaram-se judicialização da política e politização do Judiciário? É imperioso para a imensa maioria da sociedade que o Ministério Público Eleitoral (MPE) recorra ao STF do resultado do julgamento no TSE que absolveu notadamente Temer na chapa Dilma de 2014. As informações indicam que o MPE decidiu fazer o “recurso extraordinário”.

Contudo, segundo li na “Folha de S. Paulo”, o envio (ou não) do referido “recurso” ao STF depende de uma decisão do ministro Gilmar Mendes. Se dominar a atuação política do presidente do TSE, a tendência é engavetar o recurso do MPE.

Diante das salientes dissonâncias e disputas na Lava Jato, um julgamento no STF da absolvição da corrupção eleitoral descortinaria o que prevalecerá nas “altas Cortes”. Quem detém a hegemonia, em quais causas, sobre o que e para quem?

Intensifica-se a percepção de que há vários pesos e várias medidas – e a politização no Judiciário galopa. O professor Rubens Glezer (FGV Direito – SP, coordenador do “Supremo em Pauta”) aponta na última sessão do TSE cinco “elementos que comprometem a legi-

timidade do discurso jurídico, que independe em grande parte do resultado, mas de decisões bem ordenadas e fundamentadas em boas razões”.

E arremata: “o ambiente do julgamento (no TSE) lembrava muito mais o Congresso Nacional do que o Judiciário”. Donde a preocupante e atemorizante politização em instituições que estão ou deveriam sob a égide da Lei, dos “autos”, das “provas” e de um ritual diferente do parlamentar.

Transcrevo, então, os cinco “elementos” que deslegitimaram o “jurídico”: a) “um ministro que em 2015 aceitava todo o tipo de prova para a condenação e em 2017 reivindica a parcimônia do Judiciário”; b) “de um dos ministros declarar guerra ao Ministério Público Federal por trazer ao tribunal um questionamento sobre a imparcialidade de um de seus membros”; c) “a desmoralização pontual das delações premiadas”.

E seguem os dois últimos: d) “as provocações, insinuações e embates destemperados entre ministros; e e) “acima de tudo, a impressão de que ninguém estaria disposto a julgar diferente em razão de qualquer fato, prova, argumento ou raciocínio apresentado durante o julgamento”.

Como salientou a professora Luciana de Oliveira Ramos (FGV - SP) houve antecipações de “posicionamentos” de ministros – antes do voto do relator – insinuando desde logo “o resultado da ação”. Para que(m)? O que resultará entre política – Judiciário?

Cármen Lúcia quer precatórios pagos

BRASÍLIA

Precatórios e ações com repercussão geral foram temas de reunião, ontem, da presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, com as presidências dos tribunais regionais federais das cinco regiões do País.

Um dos encaminhamentos foi para que o CNJ auxilie no controle da expedição de precatórios. O trabalho começará com reuniões entre técnicos do Conselho com os setores técnicos dos tribunais.

“A ministra nos inquiriu a respeito de valores expressivos que estariam depositados, há muito tempo, sem serem sacados pelas partes. Na nossa região, há valores elevados não sacados, que resultam de processos em que houve expedição de precatório, mas em que decisão posterior impede o pagamento. Trata-se de situação não plenamente decidida”,

disse o presidente do Tribunal Regional Federal 4 (Sul), desembargador Luiz Fernando Wovk.

Este foi o segundo encontro da ministra com as chefias dos tribunais regionais federais — o primeiro ocorreu em 19 de setembro do ano passado. Pleitos trazidos na reunião anterior foram atendidos, conforme declarou o corregedor-geral da Justiça Federal, Mauro Campbell Marques.

“No primeiro encontro, a ministra ouviu pleitos das presidências. Agora, ela dá retorno e apresenta outras metas aos tribunais federais. A ministra Cármen já deu objetividade e resposta aos pleitos dos tribunais. E fez outros pedidos”, disse.

“Uma das nossas principais preocupações são os processos de repercussão geral que correm no STF. Ela nos repassou os resultados dos julgamentos e o quanto isso evoluiu”, relatou o desembargador Luiz Fernando Wovk, presidente do TRF4 (Sul).

DIVULGAÇÃO



MAURO CAMPBELL: ministra deu retorno de discussões anteriores

CRISE POLÍTICA

“Não permito interferência entre poderes”

Para reduzir mal-estar com STF, Temer publica vídeo na internet em resposta à informação de que o governo planeja ataque ao Judiciário

BRASÍLIA

O presidente Michel Temer (PMDB) voltou a usar vídeos nas redes sociais ontem para negar, mais uma vez, qualquer interferência em outros Poderes e afirmou que tem “apego” à harmonia e independência.

Temer reforçou o discurso de que seu governo não vai parar, se defendeu do que chamou de conjunto de denúncias “montadas”, fez críticas indiretas ao Judiciário e afirmou que não permitirá “ilegalidades” de instituições públicas. “Não vou esmorecer”, disse.

“Nas democracias modernas, nenhum poder impõe sua vontade ao outro. O único soberano é o povo e não um só dos Poderes. E muito menos aqueles que, eventualmente, exerçam o poder”, afirmou.

“Sob meu governo, o Executivo tem seguido fielmente essa determinação. Não interfiro nem per-

mito a interferência indevida de um Poder sobre o outro. Em hipótese alguma, nenhuma intromissão foi ou será consentida”, acrescentou o Presidente.

“O Estado Democrático de Direito não admite que as instituições públicas e seus responsáveis cometam ilegalidades sob quaisquer justificativas”, disse Temer.

O vídeo, divulgado nas redes sociais, tem como objetivo refutar a informação de que o peemedebista teria pedido para a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) investigar a relação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin, relator da Operação Lava a Jato, com o executivo Joesley Batista, da JBS.

Temer é alvo de inquérito criminal no Supremo aberto com base na delação premiada dos acionistas e executivos do grupo J&F – holding que inclui a JBS.

Investigado pelos crimes de corrupção passiva, obstrução de Justiça e participação em organização criminosa, Temer poderá ser denunciado nos próximos dias pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Caso seja acusado formalmente, o STF precisará obter autorização da Câmara dos Deputados para abrir ou recusar uma ação penal.

Ex-gerente é denunciado

A força-tarefa Lava a Jato denunciou ontem o ex-gerente da área internacional da Petrobras Pedro Augusto Cortes Xavier Bastos pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Segundo a acusação, o ex-gerente recebeu US\$ 4,8 milhões (R\$

15,88 milhões) em propinas na conta da offshore Sandfield, na Suíça, da qual era beneficiário.

E, em contrapartida, utilizou-se do cargo para dar amparo a um negócio envolvendo a venda de um campo de petróleo em Benin, na África, para a Petrobras, em 2011.

PAÍS EM CRISE



PRESIDENTE CRITICA INGERÊNCIA DE PODERES

Em vídeo, Temer se disse alvo de denúncias “montadas”

BRASÍLIA

« O presidente Michel Temer (PMDB) se disse vítima de denúncias “artificiais e montadas” e afirmou que instituições públicas que cometem ilícitos aproximam o país da ditadura. Em vídeo publicado na internet ontem, o peemedebista afirmou que não permitirá nem permitirá “intromissão” entre Poderes.

A fala de Temer ocorre depois de a revista “Veja” publicar que o presidente acionou a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para investigar o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato na Corte. Temer é investigado no STF por corrupção

GRAVAÇÃO

“O Estado democrático de Direito não admite que as instituições públicas e seus responsáveis cometam ilegalidades sob quaisquer justificativas”

“O caminho que conduz da Justiça aos justiceiros é o mesmo caminho trágico que conduz da democracia à ditadura”

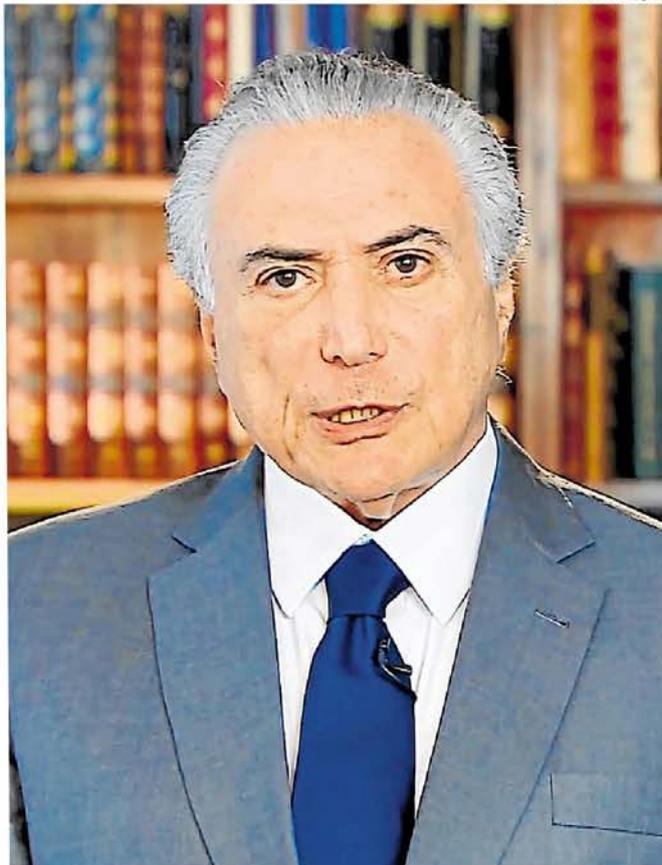
MICHEL TEMER
(PMDB) PRESIDENTE

passiva, obstrução de Justiça e organização criminosa.

Na gravação, o peemedebista afirma que desde o início a gestão peemedebista tem insistido na “independência” e na “harmonia” entre os Poderes e que “nenhuma intromissão foi ou será consentida” por ele.

“O Estado democrático de Direito não admite que as instituições públicas e seus responsáveis cometam ilegalidades sob quaisquer justificativas. O caminho que conduz da Justiça aos justiceiros é o mesmo caminho trágico que conduz da democracia à ditadura”, declarou Temer.

O peemedebista voltou a colocar a agenda



Michel Temer publicou vídeo nas redes sociais sobre suposta investigação

econômica como prioridade e até como missão de sua gestão. Essa estratégia de colocar o governo como o único capaz de aprovar reformas econômicas “necessárias há décadas” tem sido usada frequentemente por Michel Temer para responder às acusações.

“Não vou esmorecer. Seguirei liderando o movimento em favor da aprovação da agenda de reformas econômicas, políticas e sociais que está recolocando o Brasil no caminho

da prosperidade e do crescimento”, disse.

“Não interfiro nem permito a interferência indevida de um Poder sobre outro. Em hipótese alguma, nenhuma intromissão foi ou será consentida”, defendeu-se Temer, negando que tenha acionado a Abin para fazer uma devassa na vida de Fachin, como informou a revista.

No sábado, a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, criticaram o suposto

pedido de investigação a Fachin.

DECISÃO

Temer classificou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que o manteve à frente do Planalto como uma “demonstração da vitalidade da democracia brasileira”, com o “funcionamento pleno e livre do Judiciário”. “Essa força não surge do acaso. Ela é possível em razão do mandato conferido pela Constituição Federal às instituições públicas.”

ROSINEI Coutinho/STF



Cármen Lúcia: suspeita de espionagem está encerrada

STF: nada a fazer sobre espionagem

« A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, informou que não vai tomar nenhuma medida em relação às notícias de espionagem e escuta contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo ela, o presidente da República, Michel Temer (PMDB), garantiu não ter ordenado nenhuma ação nesse sentido. Assim, o tema está, por ora, esgotado.

Na última sexta-feira, a

revista “Veja” publicou reportagem segundo a qual Temer acionou a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para espionar o ministro Edson Fachin, relator dos processos da Operação Lava Jato no STF, inclusive um em que o presidente é investigado por corrupção passiva, obstrução de Justiça e organização criminosa.

“A ministra presidente do Supremo Tribunal Federal não adotará qualquer providência sobre a notícia de que estaria havendo es-

cuta ou medida irregular contra ministros do Supremo. O presidente da República garantiu não ter ordenado qualquer medida naquele sentido. Não há o que questionar quanto à palavra do presidente da República”, diz trecho de texto divulgado pela assessoria de imprensa do STF, que conclui: “Portanto, o tema está, por ora, esgotado”.

No sábado, Cármen Lúcia tinha soltado nota mais dura, considerando gravíssima a suspeita de es-

piagem. Essa nota foi divulgada mesmo depois de o próprio Temer ter telefonado para a ministra negando que tivesse ordenado a medida. Por isso, o governo considerou necessário reforçar o recado, na tentativa de apaziguar os ânimos. Assim, no sábado à noite, o ministro da Justiça, Torquato Jardim, telefonou para Fachin e assegurou que o governo não havia determinado nenhuma espionagem contra ele. (AG)